



EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE:	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</p> <p>ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA ITENS COM DESTINAÇÃO EXCLUSIVA E ITENS COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</p> <p>Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.968/2008 alterado pelo Decreto Municipal nº 2.126/2011, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº. 7.892/2013, Lei Municipal nº 9.525/2014, aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações pertinentes.</p>
DATA DE ABERTURA (Sessão pública para recebimento das propostas e documentação de habilitação)	13 de julho de 2018
HORÁRIO	09:00 horas.
OBJETO	Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção (argamassa, barra de cobre, caibro, cimento, metalon, piso cerâmica, tubos, vigota e outros), conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços.
TIPO DA LICITAÇÃO	MENOR PREÇO
LOCAL DA SESSÃO PUBLICA	Sala de Licitação da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Goiânia situada na Av. do Cerrado n.º 999, Bloco B, Térreo, Park Lozandes – Paço Municipal - Goiânia- GO.
PROCESSO Nº	2063/2018 - BEE
INTERESSADO / ÓRGÃO PARTICIPANTE	Secretaria Municipal de Administração – SEMAD e órgãos participantes, AGETUL, COMURG, IPSM, SECULT, SEFIN, SEGOV, SEINFRA, SEMAS, SME, SMT.
<p>O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço www.goiania.go.gov.br ou na sede da Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, no horário das 8 h as 12 h e das 14 h as 18 h, nos dias úteis, a partir da data de sua publicação mediante o recolhimento da taxa de R\$10,00 (dez reais), inerentes aos seus custos reprográficos, conforme dispõe o inciso III, do artigo 5º, da Lei 10.520/2002, que será paga em banco ou agências lotéricas, através do DUAM - Documento Único de Arrecadação Municipal.</p> <p>Informações adicionais podem ser obtidas junto, a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, Fone: (62) 3524-6320/6321/ e-mail: semad@semad.goiania.go.gov.br</p>	



ÍNDICE

1 - DO OBJETO	3
2 - DA SESSÃO PÚBLICA	3
3 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO	3
4 - DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES	4
5 - DO CREDENCIAMENTO	5
6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 1)	6
7 - DO REGISTRO DE PREÇOS	7
8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO	8
9 - DA HABILITAÇÃO (Envelope n.º 2)	11
10 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	14
11 - DOS RECURSOS	14
12 - DO FORNECIMENTO/CONTRATO	14
13 - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES	16
14 - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE	17
15 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18
16 - DA CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	18
17 - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
18 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	20
19 - DA CONTRATAÇÃO	20
20 - FRAUDE E CORRUPÇÃO	22
21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22
22 - DO FORO	24
ANEXOS AO EDITAL: O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo partes integrantes e inseparáveis para todos os efeitos legais	
23 - ANEXO I - Termo de Referência (Especificações)	25
24 - ANEXO II - Modelo de Ata de Registro de Preços	40
25 - ANEXO III - Minuta Contratual	45
26 - ANEXO IV - Termo de Credenciamento (Modelo)	51
27 - ANEXO V - A - Declaração de Habilitação (empresas não beneficiadas pela LC 123/06)	52
28 - ANEXO V - B - Declaração de Habilitação (empresas beneficiadas pela LC 123/06)	53
29 - ANEXO VI - Carta Proposta (Modelo)	54
30 - ANEXO VII - Carta de Apresentação da Documentação	55
31 - ANEXO VIII - Fiança Bancária	56
32 - ANEXO IX - Comprovante de Recibo do Edital	57



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA DE GOIÂNIA

**ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA
ITENS COM DESTINAÇÃO EXCLUSIVA E ITENS COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

O **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, doravante denominada **SEMAD**, através do Gerente de Pregões nomeado pelo Decreto Municipal nº 933/2017 e dos Pregoeiros designados pelo Decreto Municipal nº 1.106/2018, bem como pelo titular da Pasta designado pelo **Decreto Municipal nº 684/2018**, torna público aos interessados, que estará reunido no dia, hora e local discriminados na capa deste edital, a fim de receber, abrir e examinar propostas e documentações de empresas que pretendam participar do **Pregão Presencial Nº 013/2018 – SRP do tipo MENOR PREÇO**, conforme **processo nº 2063/2018 - BEE**, esclarecendo que a presente licitação e consequente contratação serão regidas de conformidade com as regras estipuladas na **Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Municipal nº. 2.968/2008 alterado pelo Decreto Municipal nº 2.126/2011, Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº. 7.892/2013 e Lei Municipal nº. 9.525/2014**, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a **Lei nº 8.666/1993 com suas alterações e demais exigências deste Edital**.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção (argamassa, barra de cobre, caibro, cimento, metalon, piso cerâmica, tubos, vigota e outros), conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços.**

2. DA SESSÃO PÚBLICA

- 2.1.** A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida pelo Pregoeiro, e realizada de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, em local, data e horário já determinados.
- 2.2.** Não havendo expediente na data marcada, a sessão será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.
- 2.3.** Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão Presencial na mesma data de abertura, e em face de decisão do pregoeiro, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subsequente(s).

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1.** Poderão participar do presente Pregão Presencial pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.1.1. ESTÁ LICITAÇÃO POSSUI ITENS DE AMPLA CONCORRÊNCIA, COTA RESERVADA E COM DESTINAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, conforme determina o art. 48, inciso I e III, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.1.2. Para os itens de “Cota Reservada” e com “Destinação Exclusiva”: Somente poderão participar as empresas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I e III, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, que satisfaçam as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.1.2.1. A mera declaração como ME ou EEP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC n.º 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.



3.1.3. Havendo participação de empresas que não sejam Microempresas – ME ou Empresas de pequeno Porte – EPP para o(s) itens(s) com “destinação exclusiva” e com “cota reservada” estas serão sumariamente DESCLASSIFICADAS.

3.2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.3. Poderão estar presentes mais de um representante de cada empresa, desde que representando somente uma única empresa licitante. Contudo, apenas 01 (um) representante legal se manifestará a cada sessão, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por seu representado. Demais interessados poderão assistir às sessões desde que não tumultuem o procedimento, sendo convidado, pelo Pregoeiro, a se retirar da sessão aquele que assim não proceder

3.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal ou cadastrado no sistema, poderá representar mais de um licitante.

3.5. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO:

3.5.1. Empresas em estado de falência ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, exceto quando apresentado juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado;

3.5.2. Empresas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, bem como declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Art.87, III e IV da Lei nº. 8.666/93), e caso participe do processo licitatório estará sujeita à penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei 8.666/93, ou impedidas de licitar no âmbito da União, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

3.5.3. Empresas que não atendam às exigências deste Edital;

3.5.4. Quaisquer servidores públicos vinculados ao Município de Goiânia, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado.

4. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. No dia, hora e local previstos na capa deste edital, o (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio receberão os envelopes n.º 1 Proposta de Preços e n.º 2 Documentos de Habilitação, os quais deverão ser apresentados fechados de forma indevassável e rubricados no fecho, contendo os seguintes dizeres:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE GOIANIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA DE ABERTURA: 13/07/2018
HORÁRIO: 09:00 horas
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ N.º
E-MAIL:..... TELEFONE:.....

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE GOIANIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
DATA DE ABERTURA:13/07/2018
HORÁRIO: 09:00 horas
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ N.º
E-MAIL:..... TELEFONE:.....



- 4.2.** Os documentos relativos ao credenciamento, à proposta (Envelope n.º 1) e à habilitação (Envelope n.º 2) poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por cartório competente, ou por membro da equipe de apoio do Pregão Presencial, ou servidor público de outro órgão da administração, ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.
- 4.2.1.** Visando a agilidade dos trabalhos licitatórios sugerimos que a(s) licitante(s) que pretender(em) autenticação de documentos via SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, deverão fazê-lo até o 2º dia anterior a data de abertura da licitação, na Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, nos horários e local previstos no item 21.16 deste edital.
- 4.2.2.** Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade poderá ser verificada via consulta no *site* correspondente, pelo (a) Pregoeiro (a) ou sua equipe de apoio, serão aceitas cópias simples.
- 4.3.** A partir do momento em que o Pregoeiro proceder à abertura do primeiro envelope, não mais serão aceitos novos licitantes.
- 4.4.** Recebidos os envelopes n.º 1 **Proposta de Preços** e n.º 2 **Documentos de Habilitação**, o Pregoeiro procederá a abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo(a) Pregoeiro(a) e pelos participantes que o desejarem.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1.** No dia, horário e local designados para a abertura da sessão pública deste Pregão, o representante legal da licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao (a) Pregoeiro (a), devidamente munido de documento que o habilite a participar deste procedimento licitatório, conforme **ANEXO IV**, respondendo por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos documentos de credenciamento, identificar-se exibindo, Cédula de Identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia. Sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura.
- 5.2.** Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante estatuto/contrato social, e/ou instrumento público ou particular de procuração (**ANEXO IV**).
- 5.3.** O credenciamento será efetuado por meio de:
- 5.3.1. Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia** do representante legal da empresa licitante (diretor, sócio, superintendente ou procurador estabelecido).
- 5.3.2. Estatuto/contrato social**, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa **licitante**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 5.3.3. Instrumento público de procuração**, emitido por Cartório competente, **ou Instrumento de mandato particular** (modelo apresentado no Anexo IV), assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante que comprovem poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão com firma reconhecida em cartório. Neste ato, será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo.
- 5.4.** O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular **ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos**, enfim, para praticar em nome da **licitante** todos os atos pertinentes a este **Pregão**;
- 5.5. Declaração formal da firma licitante**, exigida pelo inciso VII, Art. 4º da Lei federal nº. 10.520/02, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura, contendo informações e declarações conforme **ANEXO V - A** deste edital;
- 5.5.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar na Declaração citada no item 5.5 sua condição de ME ou EPP, conforme **ANEXO V - B**.
- 5.6. CERTIDÃO OU DECLARAÇÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL**, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, **com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias** consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, segundo disposição do



artigo 3º da Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI nº 36 de 03/03/2017.

5.6.1. Demonstração do resultado do exercício – DRE do exercício anterior, apresentado na forma da Lei, por fotocópia devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do **item 5.6**, em atendimento às exigências da LC n.º 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

5.6.2. Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

5.7. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

5.8. O credenciamento na forma disciplinada neste item e a(s) declaração(ões) a que se refere(m) o(s) item(ns) anterior(es) deverão ser entregues fora do(s) envelope(s), antes da sessão.

5.9. Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos deste(s) item(s) terão poderes para formular verbalmente, na sessão, lances de preços, manifestarem após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente.

5.9.1. A Licitante que se retirar antes do término da sessão deixando de assinar a ata, considerar-se-á que esta renunciou ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 1)

6.1. A Proposta de Preços, deverá ser apresentada preferencialmente em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, impressa ou digitada em papel timbrado do proponente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada na última folha por diretor, sócio ou representante legal da proponente, podendo as demais serem apenas rubricadas, contendo:

6.1.1. Nome ou razão social, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e nome do funcionário da empresa para contato, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda;

6.1.2. A proposta deverá ser elaborada com base no objeto desta licitação, observadas as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, **a marca, quando houver** e demais elementos pertinentes, o **VALOR UNITÁRIO E TOTAL** expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, contendo especificação detalhada do objeto nos termos do memorial descritivo/especificações técnicas e outros elementos que possam facilitar o julgamento da proposta mais vantajosa, já inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações e outras despesas, se houver.

6.1.2.1. Os custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos serem entregues sem ônus adicionais

6.1.3. A proposta deverá conter as informações e declarações conforme **ANEXO VI**, deste Edital;

6.1.4. DECLARAÇÃO do prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data de abertura da mesma.

6.1.4.1. Caso o prazo de que trata o item 6.1.4, não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.



- 6.1.4.2.** Em circunstâncias excepcionais, o órgão licitante poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, não sendo admitida a introdução de quaisquer modificações nas mesmas.
- 6.1.5.** Não será aceito produto divergente do estabelecido no Termo de Referência – **ANEXO I** do Edital, sob pena de desclassificação da proposta e, ainda, das sanções cabíveis no **item 13** do Edital.
- 6.2. A Proposta de Preços AJUSTADA deverá ser apresentada, somente pela licitante vencedora, após a fase de lances/negociações, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com as seguintes exigências:**
- 6.2.1.** A proposta deverá conter as especificações detalhadas dos produtos, **a marca**, quando houver, conforme o Termo de Referência, e demais elementos pertinente descritas no Item 6.1.2.
- 6.2.2.** A proposta de preços deverá ser elaborada de maneira que, ao final dos lances e negociação, não ultrapassem os preços unitários e globais máximos admitidos pela Administração, conforme o valor estimado constante no **ANEXO I**.
- 6.2.3.** Nome e número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, caso lhe seja adjudicado o objeto;
- 6.3.** A apresentação da proposta pela licitante implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação.
- 6.4.** Cada licitante só poderá apresentar uma proposta escrita. Verificado que qualquer licitante, por intermédio de interposta pessoa, física ou jurídica, apresentou mais de uma proposta, todas serão excluídas, sujeitando-se, os licitantes eliminados, às sanções cabíveis.
- 6.5. Cabe aos licitantes descrever na íntegra em sua proposta o(s) produto(s) ofertado obedecendo às especificações e condições mínimas constantes do Termo de Referência - ANEXO I, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo da proposta.** Nos casos de omissões de especificações na proposta será interpretado que o objeto ofertado atende as especificações solicitadas no Edital.
- 6.6.** Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro (a).
- 6.7.** Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório;
- 6.8.** Não será admitida proposta parcial, isto é, a oferta deverá atender rigorosamente ao edital, no que se refere à unidade, quantidade e especificações.
- 6.9.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quando houver desequilíbrio da equação econômico-financeiro inicial da ata, nos termos da legislação que rege a matéria.
- 6.10.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

7. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1.** O Sistema de Registro de Preços (**SRP**) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública.
- 7.2.** Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgão não participante e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;
- 7.3.** Órgão Gerenciador: **Secretaria Municipal de Administração**, órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.



- 7.4. Órgão participante: é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a Ata de Registro de Preços.
- 7.5. Órgão não participante: é o órgão ou entidade que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, faz adesão à Ata de Registro de Preços, obedecendo às normas vigentes.
- 7.6. O registro formalizado na ata a ser firmada entre a **Secretaria Municipal de Administração** e os fornecedores classificados, observado o disposto no item 16.1, **terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Diário Oficial do Município, conforme o inciso III do parágrafo 3º do art. 15 da Lei n. 8.666/93.
- 7.7. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Pública não ficará obrigada a comprar os bens e/ou serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição/ prestação de serviços quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.
- 7.8. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a **Secretaria Municipal de Administração**, optar pela aquisição/ prestação de serviço por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.
- 7.9. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela **Secretaria Municipal de Administração**.
- 7.10. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior.
- 7.11. Caso o fornecedor não possa reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo gerenciador da ata que poderão convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7.12. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

- 8.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos e ofertar **MENOR PREÇO POR ITEM**, para fornecimento dos produtos nas condições previstas no **Termo de Referência - Anexo I**.
- 8.2. Serão selecionados pelo (a) Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM** e as demais com preço até 10 % (dez por cento) superior àquela.
- 8.2.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nesta condição, serão selecionadas as 03 (três) melhores propostas, independentemente do preço, bem como as propostas empatadas.
- 8.2.2. Havendo um só licitante, uma única proposta válida ou se nenhum dos licitantes ofertar lance verbal caberá ao (a) Pregoeiro (a), analisadas as limitações do mercado e outros aspectos pertinentes, inclusive quanto às taxas, decidir entre considerar fracassado o certame e abrir nova licitação, suspender este Pregão ou prosseguir com o certame.
- 8.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observado o que dispõe o § 2º, do art. 3º da lei 8.666/93, se o mesmo se mantiver, será decidido por sorteio realizado pelo Pregoeiro, na forma estabelecida no § 2º do art.45 da lei 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.4. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação;



- 8.5. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, deverão ser obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores;
- 8.6. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por aquele apresentado, para efeito de ordenação das propostas, considerando-se o valor estimado para a contratação.
- 8.7. Caso, os licitantes classificados não mais realizem lances verbais, a etapa competitiva será encerrada e o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o autor da melhor oferta com vistas a diminuir o preço oferecido.
- 8.8. Após a fase de negociação, o (a) Pregoeiro (a) ordenará as propostas ofertadas exclusivamente pelo critério de **menor preço**;
- 8.9. O direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte será instaurado após o encerramento da etapa de lances e antes da fase de negociação
- 8.9.1. Para o Item de “AMPLA CONCORRÊNCIA”, conforme Termo de Referência do Edital – Anexo I, caso a melhor proposta, superada a fase de lances, não tiver sido apresentada por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.9.1.1. O (A) pregoeiro (a) verificará se há licitante na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e se esta se encontra em situação de empate com a Empresa de Grande Porte que ofertou o menor preço. Em caso positivo, assegurará como critério de desempate, a preferência de contratação da Pequena Empresa, conforme as prerrogativas estabelecidas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06.
- 8.9.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada.
- 8.9.2.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontram na situação descrita no item 8.9.2, manter-se-á a ordem de sorteio realizada no item 8.3, para identificar àquela que primeiro poderá apresentar a oferta.
- 8.9.2.2. Na hipótese de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, será procedido o seguinte:
- 8.9.2.2.1. A Microempresas e Empresas de Pequeno Porte melhor classificada poderá, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada de menor valor, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado após fase de negociação.
- 8.9.2.3. Não ocorrendo a contratação na forma do item anterior serão convocadas as remanescentes que se enquadrem como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na ordem classificatória, para o exercício dos direitos trazidos pela Lei Complementar nº 123/06.
- 8.10. Para o ITEM de “COTA RESERVADA”- Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada cota no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo previsto para “**Ampla Concorrência**”, assegurada a preferência de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo como o previsto no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.
- 8.11. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta de preços deverá ser apresentada separadamente da **ampla concorrência**, se for o caso.
- 8.12. As microempresas e empresas de pequeno porte que participarem desta licitação em relação à **ampla concorrência**, poderão também concorrer à cota reservada.
- 8.13. Na hipótese de uma mesma microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora quanto à **ampla concorrência** e à cota reservada, a contratação de ambas as cotas deverá ocorrer pelo preço da cota de menor valor.
- 8.14. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da **ampla concorrência**, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.



- 8.15.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente que descumprir sua proposta às penalidades constantes do item 13 deste Edital.
- 8.15.1.** Após a fase de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da oferta de menor valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.15.2.** O critério de aceitabilidade do preço ofertado levará em conta ainda o disposto no art. 48 e incisos da Lei nº 8.666/93.
- 8.15.3.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 8.16.** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação apresentada na própria sessão.
- 8.17.** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades, no credenciamento, nas propostas e/ou nos documentos de habilitação poderão, a critério do Pregoeiro, ser sanadas na Sessão Pública de Processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações e certificada por servidor autorizado.
- 8.18.** Constatado o pleno atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital e seus Anexos, será declarada pelo(a) Pregoeiro(a) a vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto;
- 8.18.1.** **A proposta ajustada deverá ser entregue ao (a) Pregoeiro (a) no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o término da sessão de lances sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 13 DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES do Edital;**
- 8.19.** Se a proposta não for aceitável, se o proponente não atender as exigências habilitatórias ou se não for possível assinar o contrato e/ou outro documento equivalente com o licitante vencedor, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até apurar a melhor proposta válida;
- 8.20.** Na situação prevista no item acima, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente com o objetivo de obter melhor preço;
- 8.21.** Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços excessivos ao limite estabelecido, após fase de lances e/ou negociações, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, conforme disposto no art. 48, II, da Lei nº 8.666/93.
- 8.21.1.** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes
- 8.21.2.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do art.43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de capacidade de cumprimento do objeto, podendo adotar os seguintes procedimentos dentre outros:
- 8.21.2.1.** Questionamentos junto à proponente para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 8.21.2.2.** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.
- 8.22.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pelos membros da Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s);
- 8.23.** Não serão motivos de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes;



8.24. O resultado desta Licitação será afixado no quadro próprio de avisos dos procedimentos licitatórios da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, bem como no site www.goiania.go.gov.br, para intimação e conhecimento dos interessados.

9. DA HABILITAÇÃO (Envelope n.º 2)

9.1. Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual (Envelope n.º 2), devidamente fechado, conforme relação a seguir:

9.2. RELATIVAMENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.2.1. Registro comercial, para empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social contendo todas as alterações realizadas ou o último devidamente consolidado, devendo, em ambos os casos estarem registrados no órgão competente, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores e/ou a publicação no Diário Oficial dos referidos documentos;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova do registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das pessoas Jurídicas) de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

9.2.4. Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

9.3.3. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

9.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

9.3.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais (ISS), expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

9.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

9.3.7. A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06 deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências.

9.3.7.1. Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no caput deste item quando encerrada a fase de classificação das propostas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério do pregoeiro e, desde que solicitado, por escrito, pela LICITANTE.



9.3.7.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.4. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.4.1. **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.4.1.1. Nos casos de **participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser** apresentado juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial exigida no item anterior, atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

9.4.2. **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.4.2.1. O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

9.4.2.2. O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de "Recibo de entrega de livro digital". Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

9.4.2.3. Quando S/A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado de Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembléia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei n.º 6.404/76, ou ainda, a publicação do mesmo no Diário Oficial.

9.4.2.4. A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, **o qual deverá apresentar resultado igual ou superior a 1, e deverá ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade**, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

- $ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$
- $ILC = (AC) / (PC) \geq 1$
- $ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral
ILC = índice de liquidez corrente
ISG = índice de solvência geral
AT = ativo total
AC = ativo circulante
RLP = realizável em longo prazo
PC = passivo circulante
ELP = exigível em longo prazo
PL = patrimônio líquido

9.4.2.4.1. Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no **subitem 9.4.2.4** e não comprovarem o capital social ou patrimônio líquido **mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento)** do valor total estimado para a contratação, **estarão inabilitadas**.

9.4.2.4.2. A comprovação do capital social ou patrimônio líquido deverá ser feita através do Contrato Social, ou Certidão da Junta Comercial ou Publicação Oficial, ou



ainda em Cartório de Registro de Títulos, conforme o caso. Será admitida atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais.

9.4.2.4.3. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos na forma do item 9.4.1.

9.4.2.4.4. Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido nos itens 9.4.2.

9.4.2.5. Nos termos do artigo 3º do Decreto Federal nº 8.538/2015 e do artigo 4º da Instrução Normativa nº 08/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

9.5. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.5.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou de Direito Privado, a fim de comprovar capacidade técnica da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação;

9.5.1.1. O atestado a que se refere o item acima deverá ser apresentado em papel timbrado ou com carimbo CNPJ, devidamente assinado pelo atestador.

9.5.1.2. Não será aceita comprovação de aptidão de que trata estes itens através de documento emitido pela própria licitante ou por empresa do mesmo grupo.

9.5.2. Carta de Apresentação da documentação da licitante, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investidura devidamente comprovada, contendo informações e declarações conforme **ANEXO VII** deste edital.

9.6. Quando da apresentação da documentação se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz;

9.6.1. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com o CNPJ da filial e, dentre estes, os documentos dos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.6 e 9.4.1 que em razão da centralização e certidão conjunta, deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerá todas as suas filiais;

9.6.2. Se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, salvo os documentos dos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.6 e 9.4.1 que em razão da centralização e certidão conjunta deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz que abrangerão todas as suas filiais.

9.7. As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006. As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a **60 (sessenta) dias** consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

9.8. A licitante que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame, ficará sujeita a penalidade de impedimento de contratação e de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e de descredenciamento no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, contrato e das demais cominações, segundo disposição do item 13 deste instrumento.

9.9. Recebida a documentação da empresa que teve sua proposta classificada, o (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio fará a análise frente às exigências do edital, podendo inabilitar a empresa que não atender às exigências acima.

9.10. Não serão aceitos pelo(a) pregoeiro(a) “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.11. O não atendimento dos itens 6– Proposta de Preços e 9 – Habilitação poderá ensejar na desclassificação/inabilitação da empresa, salvo eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades



no credenciamento, nas propostas e/ou nos documentos de habilitação poderão a critério do(a) Pregoeiro(a) ser sanadas durante o procedimento licitatório, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações e certificada por servidor autorizado.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores a data da sessão pública fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial, protocolizando a peça impugnatória no endereço discriminado no subitem 21.16 deste Edital;

10.1.1. NÃO SERÁ ADMITIDA IMPUGNAÇÃO sem o nome completo ou razão social, CPF/CNPJ, endereço, telefones, *e-mail*, assinatura do impugnante e sendo pessoa jurídica deverá estar acompanhada de documento que comprove a representatividade de quem assina a impugnação.

10.1.2. O impugnante deverá certificar-se do recebimento pela SEMAD, caso o faça por meio eletrônico, isentando a Prefeitura de Goiânia de quaisquer responsabilidades por falha na transmissão de dados via internet.

10.2. Caberá ao(a) Pregoeiro(a) decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, caso a alteração implique na formulação da proposta.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor qualquer licitante poderá manifestar imediato e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso. O recurso deverá ser dirigido ao(a) Pregoeiro(a), e protocolizado na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no endereço descrito no item 21.16.

11.1.1. NÃO SERÃO ADMITIDAS RAZÕES E CONTRARRAZÕES DE RECURSOS, sem nome ou razão social, CNPJ, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e assinatura do representante legal.

11.1.2. O licitante deverá certificar-se do recebimento pela SEMAD, caso o faça por meio eletrônico, isentando a Prefeitura de Goiânia de quaisquer responsabilidades por falha na transmissão de dados via internet.

11.2. Os demais licitantes ficam desde logo, intimados para, caso queiram, apresentar contrarrazões em **até 03 (três) dias úteis** que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

11.2.1. As razões recursais serão disponibilizadas no site da Prefeitura de Goiânia, ao final do prazo para apresentação dos recursos, momento pelo qual será iniciado o prazo para apresentação das contrarrazões, conforme descrito no subitem 11.2.

11.2.2. Os licitantes são responsáveis pela contagem dos prazos acima mencionados, bem como pelo acompanhamento das publicações ocorridas no endereço eletrônico www.goiania.go.gov.br, ficando a Administração Pública isenta de quaisquer responsabilidades por perda de prazo.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e consequentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor;

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Recebido, examinado e decidido o recurso, e constatada a regularidade dos atos praticados o(a) Pregoeiro(a), caso mantenha sua decisão, encaminhará o procedimento à autoridade competente para adjudicação e homologação.

11.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na **Secretaria Municipal de Administração**.

12. DO FORNECIMENTO/CONTRATO



12.1. As obrigações decorrentes desta licitação a serem firmadas entre a **Secretaria Municipal de Administração / órgãos participantes** e a proponente vencedora serão formalizadas por meio de Contrato e/ou instrumento equivalente, observando as condições estabelecidas neste Instrumento, legislação vigente e na proposta vencedora.

12.1.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e do art. 3º, inciso XXI da Instrução Normativa nº 010/2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e do art. 2º da Instrução Normativa 02/2018 da Controladoria Geral do Município, a **CONTRATANTE**, designará representantes da Prefeitura de Goiânia, constante do quadro de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

12.2. O prazo para a retirada da Ordem de Fornecimento será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da licitante.

12.3. Todo produto entregue, deverá conter, validade e/ou garantia, quando da emissão da Nota Fiscal.

12.4. Quando do início do fornecimento dos produtos, caso haja dúvidas em relação às especificações e normas, o representante nomeado pela **CONTRATANTE** poderá solicitar da adjudicatária a apresentação de esclarecimentos pertinentes ao objeto licitado, comprovando que ela atende todas as exigências legais e especificações solicitadas no Edital.

12.5. Os produtos deverão ser entregues de acordo com o **ANEXO I** – Termo de Referência e disposições estabelecidas pela **CONTRATANTE**.

12.5.1. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela empresa vencedora, por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para a entrega.

12.6. Correrá por conta da vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no fornecimento dos produtos.

12.7. Os produtos deverão ser fornecidos de forma a atender as necessidades da **CONTRATANTE** e permitir imediata utilização dos mesmos, correndo por conta da empresa vencedora os custos correspondentes.

12.8. Os produtos serão recusados pelo representante nomeado pela **CONTRATANTE** nos seguintes casos:

- a) Se entregues em desacordo com as especificações indicadas no **ANEXO I** - Termo de Referência.
- b) Se apresentarem defeitos, avarias decorrentes de fabricação e outras irregularidades observadas no ato da recepção.
- c) Quando se tratar de produtos de origem estrangeira e não estiverem acompanhados das informações de orientação ao usuário escritas em língua portuguesa.

12.9. Em qualquer caso de recusa, a empresa vencedora terá o **prazo de 10 (dez) dias corridos** para providenciar a substituição correspondente, sob pena de incidir nas sanções administrativas previstas neste Edital e de ressarcir a **CONTRATANTE** os custos decorrentes do atraso, na forma do disposto neste instrumento convocatório.

12.10. No caso previsto no item anterior, em sendo recusados os produtos pela segunda vez, a **CONTRATANTE** poderá cancelar a Ordem de Serviço/ Nota de Empenho referente aos produtos recusados, sendo facultada a convocação da empresa classificada na ordem subsequente para realizar a entrega dos produtos não aprovados e não recebidos definitivamente, desde que rescindido o contrato previamente com a primeira colocada e observadas às condições previstas no **item 19.6**.

12.11. Os produtos fornecidos deverão conter prazo de garantia/validade, devendo a empresa vencedora reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de produtos empregado, no prazo **de 10 (dez) dias corridos**, os que forem considerados inadequados às especificações, ou que tenham sofrido danos ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular e adequado.



- 12.12.** No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia/validade originalmente dados aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a reposição.
- 12.13.** Em caso de demora na substituição dos produtos que apresentaram qualquer irregularidade, a **CONTRATANTE** poderá promover a aquisição dos quantitativos necessários para o atendimento de suas necessidades, cobrando da empresa vencedora os custos correspondentes, sem prejuízo das sanções administrativas previstas neste Edital e na legislação vigente.
- 12.14.** Em conformidade com os artigos 73 e 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste Edital será recebido:
- I - Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
 - II - Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação.
- 12.14.1.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.
- 12.14.2.** O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da adjudicatária a *posteriori*. Deverão ser substituídos os produtos que, eventualmente, não atenderem as especificações do Edital.

13. DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

- 13.1.** O atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará o **LICITANTE VENCEDOR** à advertência e multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor adjudicado.
- 13.1.1.** A multa a que se alude o item 13.1 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93.
- 13.2.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LICITANTE VENCEDOR as seguintes sanções:
- I – Advertência;**
 - II - Multa de 3% (três por cento) sobre o valor da parcela não adimplida do contrato;**
 - III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;**
 - IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.**
- 13.2.1.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 13.3.** Em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 - Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais o licitante que:
- 13.3.1.** Convocado dentro do prazo de validade da proposta não celebrar o contrato;
 - 13.3.2.** Deixar de entregar documentação exigida para o certame dentro do prazo estabelecido no Edital, considerando, também, como documentação a proposta ajustada.
 - 13.3.3.** Apresentar documentação falsa exigida para o certame;



13.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

13.3.5. Ensejar retardamento da execução de seu objeto;

13.3.6. Não manter a proposta;

13.3.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

13.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

13.5. Por infração a quaisquer outras cláusulas contratuais, será aplicada multa de 3% (três por cento) sobre o valor da parcela não adimplida do contrato, cumuláveis com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

13.6. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA ou da garantia contratual (quando Houver), de forma que, sendo insuficientes os créditos devidos para quitação da sanção aplicada, deverá ser procedida a cobrança administrativa ou judicial do valor restante.

14. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

14.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente e a quitação de eventuais multas que tenham sido impostas à licitante vencedora.

14.1.1. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente da Caixa Econômica Federal, Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira do Município.

14.1.2. Caso a empresa vencedora não possua conta corrente na Caixa Econômica Federal, os custos de transferência bancária serão arcados por esta, conforme tabela de serviços bancários.

14.2. Além do disposto no item 14.1 a licitante vencedora deverá apresentar documentos de regularidade fiscal e trabalhista constantes nos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5 e 9.3.6,

14.2.1. Em caso de irregularidade fiscal, a **Secretaria Municipal de Administração / órgãos participantes** notificará a empresa vencedora para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da empresa vencedora, ou apresentação de defesa aceita pela **Secretaria Municipal de Administração / órgãos participantes**, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do edital, e estará o contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a adjudicatária sujeitas às sanções administrativas previstas neste Edital.

14.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 14.1, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

14.3.1. A devolução de fatura não aprovada pela **Secretaria Municipal de Administração / órgãos participantes** não servirá de motivo para que a ADJUDICATÁRIA suspenda o fornecimento dos produtos ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados;

14.4. A(s) nota(s) fiscal (is) será (ao) conferida(s) e atestada(s) pelo responsável designado para o acompanhamento e recebimento dos produtos.

14.5. O pagamento a ser efetuado à empresa adjudicatária deverá obedecer à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela **Secretaria Municipal de Administração / órgãos participantes**, de acordo com o disposto no artigo 5º caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14.6. A **Secretaria Municipal de Administração / órgãos participantes** poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela ADJUDICATÁRIA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

14.6.1. Descumprimento de obrigação relacionada com os objetos contratados;



14.6.2. Débitos da ADJUDICATÁRIA no que diz respeito ao pagamento de multas impostas ao longo do contrato;

14.6.3. Pendências trabalhistas e de verbas devidas à Seguridade Social em nome da contratada e referente à execução do contrato sob exame;

14.7. Ocorrendo atraso no pagamento a Adjudicatária fará jus a juros de mora de 0,5% ao mês *pro rata die*, da data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento.

14.8. Os preços praticados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta, nos termos da Lei 10.192/01.

14.9. Na prorrogação do prazo, o valor inicialmente contratado poderá ser reajustado utilizando-se do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, do período.

14.10. O não pagamento de qualquer fatura pelas razões mencionadas no item 14.6 não surtirá direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. - Em conformidade com o Art. 7º, §2º da Lei Municipal nº 9.525 de 29 de dezembro de 2014, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.

16. DA CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

16.1.1. Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

16.1.2. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no site da Prefeitura de Goiânia e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

16.1.3. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

16.2. O registro a que se refere o item 16.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 18.

16.3. Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

16.3.1. Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

16.3.2. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

16.4. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 16.3.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.5. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no item 16.1, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços (**ANEXO II**), dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

16.5.1. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

16.6. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

16.6.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.



- 16.7.** A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.8.** A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- 16.9.** As convocações de que tratam os itens anteriores deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.
- 16.10.** O registro de preços terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Diário Oficial do Município, conforme o inciso III do parágrafo 3º do art. 15 da Lei n. 8.666/93.
- 16.11.** A Adjudicatária que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho/ordem de Fornecimento no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas no item 13 deste Edital.
- 16.12.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 16.13.** O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.
- 16.14.** Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.
- 16.15.** Caberá ao fornecedor dos produtos beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgão participante.
- 16.16.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere item 16.14 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgão participante.
- 16.17.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participante, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 16.18.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

17. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.
- 17.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput*, do art. 65, da Lei n. 8666/93.
- 17.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
- 17.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 17.3.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;



17.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a **Secretaria Municipal de Administração** (órgão gerenciador) poderá:

17.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Fornecimento; e

17.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

18.1.1. Pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

18.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

18.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

18.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Art. 78, Inc. I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

18.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

18.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

18.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

18.1.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV e XVI, da lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

18.1.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

18.2. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

18.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município e Jornal de grande circulação, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

18.2.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

19. DA CONTRATAÇÃO



19.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de contrato, cuja minuta constitui o **ANEXO III** do presente ato convocatório.

19.1.1. Em atendimento ao que dispõe o artigo 8º, § 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015 e no artigo 9º, § 4º da Instrução Normativa 008/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás haverá prioridade na aquisição dos produtos constantes nos itens destinados às empresas beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006.

19.2. A vigência do Contrato será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

19.2.1. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57 Inciso I da Lei nº 8.666/93.

19.3. O Contrato deverá ser assinado pela licitante adjudicatária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.

19.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

19.5. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

19.5.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade em relação ao FGTS e o INSS, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

19.5.2. A empresa deverá manter durante todo fornecimento do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6. É facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando o vencedor da licitação assinar o ajuste, mas não iniciar a execução contratual, desde que rescindido o contrato previamente com o primeiro colocado, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo vencedor.

19.7. No ato da assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá:

19.7.1. Comprovar poderes para o signatário assinar contratos, mediante Ata de Eleição da última Diretoria ou Contrato Social, e ainda no caso de procurador, além desses documentos, Procuração registrada em Cartório.

19.7.2. Apresentar Alvará de localização e funcionamento emitido pelo município do domicílio do licitante.

19.7.3. Apresentar prestação de garantia da contratação, conforme o item 19.8 e o artigo 56, caput da Lei 8.666/93.

19.8. Para os contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), será exigida da empresa vencedora como condição para assinatura do Contrato, prestação de garantia, correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato, ficando facultado ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:

19.8.1. Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública;

19.8.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública deverá ser depositado na **conta nº 60-1, Agência 2510, CNPJ nº 01.612.092/0001-23 – Caixa Econômica Federal** ou na Secretaria de Finanças. O(s) licitante(s) vencedor(s) deverão se dirigir à Divisão do Tesouro Municipal, Av. do Cerrado n.º 999, 2º Pavimento – Bloco E – Paço Municipal –



Park Lozandes – Goiânia – Goiás, fones: (62) 3524-3311/3349, para obterem esclarecimentos sobre o referido recolhimento;

19.8.1.2. Os Títulos da Dívida Pública deverão ser emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8.2. Seguro-garantia; ou,

19.8.2.1. Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de Seguro-garantia, deverá juntar o comprovante de pagamento do prêmio.

19.8.3. Fiança Bancária.

19.8.3.1. Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do **ANEXO VIII** deste edital;

19.8.3.2. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do Instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos arts. 827 e 835 do Código Civil. A contratada que optar por recolhimento em Seguro-Garantia e Fiança Bancária deverá apresentá-la à Divisão do Tesouro Municipal, Avenida do Cerrado n.º. 999- Parque Lozandes – Paço Municipal – 2º Pavimento- Bloco “E” - Goiânia - GO, fones: (062) 3524-3311/3349, para obter esclarecimentos sobre o referido recolhimento;

19.8.3.3. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA.

19.9. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

19.10. A garantia poderá, a critério da Administração, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

19.11. A garantia ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais;

19.12. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N. E (Nota de Empenho) emitida.

19.13. A garantia será restituída, somente, após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

19.14. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será devolvida a caução.

20. FRAUDE E CORRUPÇÃO

20.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Fica assegurado à Autoridade competente o direito de:

21.1.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando publicidade aos atos mediante publicação na imprensa oficial e jornal de grande circulação no Município, antes da data inicialmente marcada, ou em ocasiões supervenientes ou de caso fortuito;

21.1.2. Revogar, por intermédio da autoridade competente, por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta e



anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba direito de qualquer indenização;

- 21.1.3.** Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, divulgando pela mesma forma que se deu o texto original, caso estas impliquem em modificações da proposta ou dos documentos de habilitação, nos termos do § 4º, art. 21 da Lei 8.666/93;
- 21.1.4.** Inabilitar/desclassificar o convocado que não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal do licitante. Neste caso, o (a) Pregoeiro (a) convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com o Proponente melhor classificado e posterior conferência de sua proposta e documentação, sendo declarado vencedor e a ele será adjudicado o objeto deste Pregão Presencial. Ocorrendo isso, será levada em consideração, a data de abertura do certame para fins de análise e julgamento da documentação da empresa.
- 21.2.** Os produtos deverão ser fornecidos rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.
- 21.3.** Considerando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal, de 05.10.1988 e no art. 2º da Lei 9.012, de 30.03.1995, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da administração, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos (CND) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação e quando da emissão da Nota de Empenho, caso as Certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada durante a tramitação do certame licitatório.
- 21.4.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do contrato e/ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição.
- 21.5.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 21.6.** Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições da Lei nº 10.520/02, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes.
- 21.7.** A participação neste Pregão Presencial implicará aceitação integral e irretroatável das normas do Edital e seus Anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso;
- 21.8.** É facultada ao(a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 21.9.** As proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.10.** A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio do órgão de Licitação, reparando às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do Órgão de Licitação.
- 21.11.** O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 21.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 21.13.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.



- 21.14.** A homologação do resultado dessa licitação não importará em direito à contratação.
- 21.15.** À licitante vencedora é vedado transferir ou subcontratar o objeto adjudicado decorrente deste Edital, ficando obrigada, perante a **Secretaria Municipal de Administração / órgãos participantes** pelo exato cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação.
- 21.16.** Qualquer pedido de ESCLARECIMENTO em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado por escrito, ao(a) Pregoeiro(a), por meio de carta ou telegrama, enviados ao endereço abaixo ou por *e-mail*, até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura do Pregão

Prefeitura de Goiânia

Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

Paço Municipal - Avenida do Cerrado, 999, Bl. B, Térreo, Park Lozandes - Goiânia- GO. CEP. 74.884-900

Fone: (62) 3524-6320

Horário: 8 h às 12h e das 14 h as 18 h.

E-mail: semad@semad.goiania.go.gov.br

- 21.17.** A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será divulgada por e-mail aos demais interessados que tenham retirado os Editais e tenham deixado junto a **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD** dados para remessa de informações.
- 21.18.** No caso de ausência da solicitação de esclarecimentos pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.
- 21.19.** É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do Edital pelo *site*: www.goiania.go.gov.br até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.
- 21.20.** Os licitantes interessados que adquirirem o Edital através do *site* www.goiania.go.gov.br e www.licitacoes-e.com.br ou qualquer outra fonte poderão remeter o Comprovante de Recibo do Edital, conforme **ANEXO IX**, à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, para receber notificações de eventuais retificações ocorridas no Edital bem como de quaisquer informações adicionais. Tais retificações/ informações estarão disponíveis a todos os interessados no endereço acima descrito, sendo que o não envio do Comprovante do Recibo não restringe ou prejudica a publicidade e/ou a legalidade do certame.
- 21.21.** Para conhecimento dos interessados, expediu-se o presente Edital, que será afixado no quadro próprio de avisos da **Secretaria Municipal de Administração**, publicado no **site oficial da Prefeitura de Goiânia (www.goiania.go.gov.br)**, no **Diário Oficial do Município**, e conforme o caso em jornal de grande circulação do Estado de Goiás, estando o (a) Pregoeiro (a) e a equipe de apoio à disposição dos interessados no horário 8 h às 12h e das 14 h as 18 h, nos dias úteis.

22. DO FORO

- 22.1.** Para dirimir as questões oriundas do presente Edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o **Foro da Comarca de Goiânia**, em uma das suas Varas da **Fazenda Pública**, por mais privilegiado que outro seja.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

RENATO GARCIA PEREIRA
Gerente de Pregões

MARCELA ARAÚJO TEIXEIRA
Superintendente

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário Municipal de Administração



23. ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção (argamassa, barra de cobre, caibro, cimento, metalon, piso cerâmica, tubos, vigota e outros), conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	DESTINAÇÃO DO ITEM	VALOR DO ITEM R\$	PREÇO PARCIAL R\$
1	AÇO CA-50, 8,0 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	26.430	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 2,95	R\$ 77.968,50
2	AÇO CA-60, 4,2 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	14.130	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 3,30	R\$ 46.629,00
3	AÇO CA-60, 5,0 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	11.068	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 3,39	R\$ 37.520,52
4	AÇO CA-60, 6,0 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	18.725	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 3,69	R\$ 69.095,25
5	AÇO CA-60, 8,0 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	10.780	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 4,95	R\$ 53.361,00
6	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, 2,76 MM (0,048 KG/M)	KG	2.708	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 10,53	R\$ 28.515,24
7	ARAME GALVANIZADO 14 BWG, 2,10MM (0,0272 KG/M)	KG	4.003	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 10,78	R\$ 43.152,34
8	ARAME GALVANIZADO 16 BWG, 1,65MM (0,0166 KG/M)	KG	3.603	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 11,66	R\$ 42.010,98
9	ARAME GALVANIZADO 18 BWG, 1,24MM (0,009 KG/M)	KG	3.203	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 14,25	R\$ 45.642,75
10	ARAME RECOZIDO 20 BWG	KG	3.061	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 19,50	R\$ 59.689,50
11	AREIA FINA LAVADA	M³	6.409	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 75,00	R\$ 480.675,00
12	AREIA FINA LAVADA	M³	2.136	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 75,00	R\$ 160.200,00
13	AREIA GROSSA LAVADA	M³	6.147	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 85,00	R\$ 522.495,00
14	AREIA GROSSA LAVADA	M³	2.048	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 85,00	R\$ 174.080,00
15	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	10.534	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 75,00	R\$ 790.050,00
16	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	3.511	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 75,00	R\$ 263.325,00
17	ARGAMASSA COLANTE INDUSTRIALIZADA MULTIUSO, PARA REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS DIVERSOS. COR: CINZA	KG	15.110	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 0,36	R\$ 5.439,60
18	ARGAMASSA COLANTE INDUSTRIALIZADA MULTIUSO, PARA REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO E ASSENTAMENTO	KG	10.590	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 0,36	R\$ 3.812,40



	DE BLOCOS DIVERSOS. COR: BRANCO					
19	BARRA DE COBRE CA-50 / 1.1/4" X 1/8" (08690 KG/M)	M	180	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 55,79	R\$ 10.042,20
20	BARRA DE COBRE CA-50 / 1" X 3/16" (1,0432 KG/M)	M	110	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 49,06	R\$ 5.396,60
21	BARRA DE COBRE CA-50 / 1/2" X 3/16" (0,5216 KG/M)	M	110	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 24,43	R\$ 2.687,30
22	BARRA DE COBRE CA-50 / 3/4" X 1/8" (0,5214 KG/M)	M	110	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 24,52	R\$ 2.697,20
23	BARRA DE COBRE CA-50 / 3/4" X 3/16" (0,7823 KG/M)	M	110	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 36,65	R\$ 4.031,50
24	BARRA DE COBRE CA-50 / 1" X 1/8" (0,8052 KG/M)	M	110	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 32,69	R\$ 3.595,90
25	BARRA DE COBRE CA-50 / 2" X 1/4" (2,870 KG/M)	M	110	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 144,02	R\$ 15.842,20
26	BARRA DE COBRE CA-50 1.1/2" X 1/8" (1,0483 KG/M)	M	110	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 60,74	R\$ 6.681,40
27	BRITA N. 0 (GRANULOMETRIA DE 4,8 A 9,5 MM)	M³	17.577	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 82,86	R\$ 1.456.430,22
28	BRITA N. 0 (GRANULOMETRIA DE 4,8 A 9,5 MM)	M³	5.858	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 82,86	R\$ 485.393,88
29	BRITA N. 1 (GRANULOMETRIA DE 9,5 A 19 MM)	M³	13.980	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 78,58	R\$ 1.098.548,40
30	BRITA N. 1 (GRANULOMETRIA DE 9,5 A 19 MM)	M³	4.660	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 78,58	R\$ 366.182,80
31	BRITA N. 2 (GRANULOMETRIA DE 19 A 25 MM)	M³	10.380	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 69,87	R\$ 725.250,60
32	BRITA N. 2 (GRANULOMETRIA DE 19 A 25 MM)	M³	3.460	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 69,87	R\$ 241.750,20
33	CAIBRO DE MADEIRA APARELHADA 5X6CM, MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO.	M	4.500	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 4,60	R\$ 20.700,00
34	CAIBRO DE MADEIRA APARELHADA 6X8CM, MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO.	M	6.350	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 7,35	R\$ 46.672,50
35	CAIBRO DE MADEIRA NÃO APARELHADA 5X6CM, MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO.	M	6.300	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 5,57	R\$ 35.091,00
36	CAIBRO DE MADEIRA NÃO APARELHADA 6X8CM, MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO.	M	6.300	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 7,04	R\$ 44.352,00
37	CAIBRO DE MADEIRA NATIVA/REGIONAL 5X5CM NÃO APARELHADA (PARA FORMA)	M	7.200	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 1,66	R\$ 11.952,00
38	CAIBRO MADEIRA 4 X 5CM, PEÇA COM 4M (ANGELIM VERMELHO, MAÇARANDUBA, CEDRORANA OU ROXINHO)	UNID.	1.838	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 33,72	R\$ 61.977,36
39	CAIBRO MADEIRA 4 X 5CM, PEÇA COM 4M (ANGELIM VERMELHO, MAÇARANDUBA, CEDRORANA OU ROXINHO)	UNID.	612	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 33,72	R\$ 20.636,64
40	CAIBRO MADEIRA 4 X 5CM, PEÇA COM 5M (ANGELIM VERMELHO, MAÇARANDUBA, CEDRORANA OU ROXINHO)	UNID.	1.838	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 36,20	R\$ 66.535,60



41	CAIBRO MADEIRA 4 X 5CM, PEÇA COM 5M (ANGELIM VERMELHO, MAÇARANDUBA, CEDRORANA OU ROXINHO)	UNID.	612	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 36,20	R\$ 22.154,40
42	CAIBRO MADEIRA 5 X 3CM, PEÇA COM 4M (MADEIRA ANGELIM VERMELHO, ROXINHO OU CEDRORANA)	UNID.	3.195	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 25,50	R\$ 81.472,50
43	CAIBRO MADEIRA 5 X 3CM, PEÇA COM 4M (MADEIRA ANGELIM VERMELHO, ROXINHO OU CEDRORANA)	UNID.	1.065	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 25,50	R\$ 27.157,50
44	CAIBRO MADEIRA PEÇA 4 X 3CM X 4M. ANGELIM VERMELHO MAÇARANDUBA OU CEDRORANA ROXINHO	UNID.	4.470	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 29,68	R\$ 132.669,60
45	CAIBRO MADEIRA PEÇA 4 X 3CM X 4M. ANGELIM VERMELHO MAÇARANDUBA OU CEDRORANA ROXINHO	UNID.	1.490	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 29,68	R\$ 44.223,20
46	CAIBRO MADEIRA PEÇA 4 X 3CM X 5M. ANGELIM VERMELHO MAÇARANDUBA OU CEDRORANA ROXINHO	UNID.	6.825	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 29,87	R\$ 203.862,75
47	CAIBRO MADEIRA PEÇA 4 X 3CM X 5M. ANGELIM VERMELHO MAÇARANDUBA OU CEDRORANA ROXINHO	UNID.	2.275	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 29,87	R\$ 67.954,25
48	CAIBRO MADEIRA PEÇA 4 X 5CM X 3M. ANGELIM VERMELHO MAÇARANDUBA OU CEDRORANA ROXINHO	UNID.	5.820	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 22,87	R\$ 133.103,40
49	CAIBRO MADEIRA PEÇA 4 X 5CM X 3M. ANGELIM VERMELHO MAÇARANDUBA OU CEDRORANA ROXINHO	UNID.	1.940	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 22,87	R\$ 44.367,80
50	CAL HIDRATADA SACO DE 20KG	UNID.	251.487	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 11,40	R\$ 2.866.951,80
51	CAL HIDRATADA SACO DE 20KG	UNID.	83.828	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 11,40	R\$ 955.639,20
52	CAL PARA PINTURA MATERIAL: SÓLIDO BRANCO	KG	1.500.338	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 1,14	R\$ 1.710.385,32
53	CAL PARA PINTURA MATERIAL: SÓLIDO BRANCO	KG	500.112	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 1,14	R\$ 570.127,68
54	CERÂMICA ANTIDERRAPANTE 33X33 PEI 5 BRANCO	M²	5.168	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 38,70	R\$ 200.001,60
55	CERÂMICA ANTIDERRAPANTE 33X33 PEI 5 BRANCO	M²	1.722	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 38,70	R\$ 66.641,40
56	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20X1,10M, E=6MM	UNID.	1.965	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 37,36	R\$ 73.412,40
57	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20X1,10M, E=6MM	UNID.	655	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 37,36	R\$ 24.470,80
58	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20X1,10M, E=12MM	UNID.	1965	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 53,99	R\$ 106.090,35
59	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20X1,10M, E=12MM	UNID.	655	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 53,99	R\$ 35.363,45
60	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20X1,10M, E=14MM	UNID.	2.115	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 66,04	R\$ 139.674,60
61	CHAPA DE MADEIRA	UNID.	705	QTDE COTA	R\$ 66,04	R\$ 46.558,20



	COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20X1,10M, E=14MM			RESERVADA P/ ME/EPP		
62	CIMENTO ARGAMASSA COLANTE	KG	60.750	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 0,48	R\$ 29.160,00
63	CIMENTO BRANCO	KG	1.830	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 3,59	R\$ 6.569,70
64	CIMENTO PORTLAND, (CP II) Fck= 32Mpa SACO DE 50 KG	UND.	33.075	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 20,00	R\$ 661.500,00
65	CIMENTO PORTLAND, (CP II) Fck= 32Mpa SACO DE 50 KG	UND.	11.025	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 20,00	R\$ 220.500,00
66	CUMEEIRA FIBRO – CIMENTO NORMAL ONDULADA 1,10M X 15° X 6MM	UNID.	1.220	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 8,87	R\$ 10.821,40
67	CUMEEIRA FIBRO – CIMENTO NORMAL ONDULADA 1,10M X 20° X 6MM	UNID.	1.200	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 8,87	R\$ 10.644,00
68	FILITO EM PÓ PRODUTO: <i>FILITO</i> OU FILÁDIO OU XISTO LUZENTE. INDICAÇÕES DE USO: DAR PROTEÇÃO EXTERNA ÀS PAREDES. SEJAM ELAS DE QUE MATERIAL FOREM – TIJOLO COMUM, TIJOLO FURADO, BLOCO DE CONCRETO ETC. CARACTERÍSTICAS/ DIMENSÕES TÉCNICAS: SACO COM 17 KG (DEZESSETE QUILO GRAMAS) EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 7211:2009.	UNID.	520	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 8,41	R\$ 4.373,20
69	FORRO DE GESSO SOB LAJE MACIÇA	M²	1.250	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 20,00	R\$ 25.000,00
70	FORRO DE PVC 200X8MM	M²	6.650	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 9,50	R\$ 63.175,00
71	FORRO GESSO ACÚSTICO COM ACABAMENTO	M²	900	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 31,01	R\$ 27.909,00
72	GESSO EM PÓ	KG	1.910	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 0,40	R\$ 764,00
73	MASSA ACRÍLICA 18 LITROS	UNID.	814	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 101,62	R\$ 82.718,68
74	MASSA ACRÍLICA 18 LITROS	UNID.	271	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 101,62	R\$ 27.539,02
75	MASSA CALAFETAR / TIPO FILETO 350 GRAMAS	UNID.	472	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 10,26	R\$ 4.842,72
76	MASSA CORRIDA PVA LATA DE APROXIMADAMENTE 25 KG (VINTE E CINCO QUILOS)	UNID.	4.622	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 50,00	R\$ 231.100,00
77	MASSA CORRIDA PVA LATA DE APROXIMADAMENTE 25 KG (VINTE E CINCO QUILOS)	UNID.	1.540	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 50,00	R\$ 77.000,00
78	MASSA PARA VIDRO	KG	736	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 4,00	R\$ 2.944,00
79	MASSA PLÁSTICA COM CATALIZADOR EMBALAGEM DE 400 GRAMAS	UNID.	369	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 10,93	R\$ 4.033,17
80	METALON FERRO 20 X 20 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	1.640	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 36,08	R\$ 59.171,20
81	METALON FERRO 20 X 30 MM,	UNID.	1.790	QTDE	R\$ 43,25	R\$ 77.417,50



	CHAPA 18MM, BARRA COM 6M			EXCLUSIVA P/ ME/EPP		
82	METALON FERRO 30 X 30 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	1.340	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 54,49	R\$ 73.016,60
83	METALON FERRO 40 X 30 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	1.005	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 60,63	R\$ 60.933,15
84	METALON FERRO 40 X 30 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	335	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 60,63	R\$ 20.311,05
85	METALON FERRO 50 X 30 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	1.043	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 66,96	R\$ 69.839,28
86	METALON FERRO 50 X 30 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	347	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 66,96	R\$ 23.235,12
87	METALON FERRO 90 X 30 MM, CHAPA 18 MM, BARRA COM 6M	UNID.	968	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 109,51	R\$ 106.005,68
88	METALON FERRO 90 X 30 MM, CHAPA 18 MM, BARRA COM 6M	UNID.	322	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 109,51	R\$ 35.262,22
89	PEDRA MARROADA – DIMENSÕES DE 100MM A 300MM APROXIMADAMENTE	M³	30.015	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 80,00	R\$ 2.401.200,00
90	PEDRA MARROADA – DIMENSÕES DE 100MM A 300MM APROXIMADAMENTE	M³	10.005	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 80,00	R\$ 800.400,00
91	PILAR DE MADEIRA NÃO APARELHADA 15X15CM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO – PEÇAS EM COMPRIMENTO DE 4 M	UNID.	180	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 177,24	R\$ 31.903,20
92	PILAR DE MADEIRA NÃO APARELHADA 15X15CM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO – PEÇAS EM COMPRIMENTO DE 5 M	UNID.	130	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 221,55	R\$ 28.801,50
93	PISO CERÂMICA ANTIDERRAPANTE MATERIAL: PISO CERÂMICA 60 CM X 60CM PRODUTO DE PVC (RECICLADO), RÚSTICO E EFEITO ACETINADO. INDICAÇÕES PARA USO: RECOMENDADA PARA MÚLTIPLOS USOS, TAIS COMO: PISOS, PAREDES DE GARAGENS E PARA QUINTAIS. USO EXTERNO E QUE EVITAM OS ACIDENTES DOMÉSTICOS (ESCORREGÕES). ESPECIFICAÇÕES APROXIMADAS: ESPESSURA: 9,5 MM, LARGURA: 60CM, COMPRIMENTO: 60CM. COR: MADEIRADO/MARROM.	M2	17.558	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 33,69	R\$ 591.529,02
94	PISO CERÂMICA ANTIDERRAPANTE MATERIAL: PISO CERÂMICA 60 CM X 60CM PRODUTO DE PVC (RECICLADO), RÚSTICO E EFEITO ACETINADO. INDICAÇÕES PARA USO: RECOMENDADA PARA MÚLTIPLOS USOS, TAIS COMO: PISOS, PAREDES DE GARAGENS E PARA QUINTAIS. USO EXTERNO E QUE EVITAM OS ACIDENTES DOMÉSTICOS (ESCORREGÕES). ESPECIFICAÇÕES APROXIMADAS: ESPESSURA:	M2	5.852	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 33,69	R\$ 197.153,88



	9,5 MM, LARGURA: 60CM, COMPRIMENTO: 60CM. COR: MADEIRADO/MARROM.					
95	PISO CERÂMICA LISO 54 X 54CM, PEI 5 COR BRANCA	M ²	25.688	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 27,37	R\$ 703.080,56
96	PISO CERÂMICA LISO 54 X 54CM, PEI 5 COR BRANCA	M ²	8.562	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 27,37	R\$ 234.341,94
97	PISO CERÂMICO 40X40 COR BRANCA PEI 5	M ²	3.113	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 22,66	R\$ 70.540,58
98	PISO CERÂMICO 40X40 COR BRANCA PEI 5	M ²	1.037	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 22,66	R\$ 23.498,42
99	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO APROXIMADAMENTE IGUAL A 2025CM ²	M ²	22.688	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 16,59	R\$ 376.393,92
100	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO APROXIMADAMENTE IGUAL A 2025CM ²	M ²	7.562	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 16,59	R\$ 125.453,58
101	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4. FORMATO MAIOR QUE 2025CM ²	M ²	22.688	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 33,82	R\$ 767.308,16
102	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4. FORMATO MAIOR QUE 2025CM ²	M ²	7.562	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 33,82	R\$ 255.746,84
103	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA, COMERCIAL (PADRÃO POPULAR), PEI MAIOR OU IGUAL A 3, FORMATO APROXIMADAMENTE IGUAL A 2025CM ²	M ²	24.150	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 13,76	R\$ 332.304,00
104	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA, COMERCIAL (PADRÃO POPULAR), PEI MAIOR OU IGUAL A 3, FORMATO APROXIMADAMENTE IGUAL A 2025CM ²	M ²	8.050	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 13,76	R\$ 110.768,00
105	TELHA DE AMIANTO 366X110CM	UNID.	3.728	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 79,09	R\$ 294.847,52
106	TELHA DE AMIANTO 366X110CM	UNID.	1.242	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 79,09	R\$ 98.229,78
107	TELHA CERÂMICA PLAN COLONIAL	UNID.	35.000	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 0,78	R\$ 27.300,00
108	TELHA FIBROCIMENTO 244 X 110 CM (SEM AMIANTO) 8 MM DE ESPESSURA	UN	1.200	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 70,07	R\$ 84.084,00
109	TELHA FIBROCIMENTO 244 X 110 CM (SEM AMIANTO) 8 MM DE ESPESSURA	UN	400	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 70,07	R\$ 28.028,00
110	TELHA ONDULADA, COMPRIMENTO 1,83 M, LARGURA TOTAL 1,10 M, ESPESSURA 6 MM. (SEM AMIANTO)	UND.	1.988	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 38,00	R\$ 75.544,00
111	TELHA ONDULADA, COMPRIMENTO 1,83 M, LARGURA TOTAL 1,10 M, ESPESSURA 6 MM. (SEM AMIANTO)	UND.	662	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 38,00	R\$ 25.156,00
112	TELHA ONDULADA, COMPRIMENTO 3,66 M,	UND.	1.763	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 105,02	R\$ 185.150,26



	LARGURA TOTAL 1,10 M, ESPESSURA 8 MM (SEM AMIANTO)						
113	TELHA ONDULADA, COMPRIMENTO 3,66 M, LARGURA TOTAL 1,10 M, ESPESSURA 8 MM (SEM AMIANTO)	UND.	587	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 105,02	R\$ 61.646,74	
114	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5X9X19CM)	UNID.	86.000	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 0,24	R\$ 20.640,00	
115	TIJOLO FURADO COM SEIS FUROS. DIMENSÕES TÉCNICAS: COMPRIMENTO 29CM, LARGURA 9CM, ALTURA 14CM	UNID.	183.000	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 0,37	R\$ 67.710,00	
116	TUBO FERRO INDUSTRIAL CHAPA 14MM, 4", BARRA COM 6M	UNID.	825	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 258,62	R\$ 213.361,50	
117	TUBO FERRO INDUSTRIAL CHAPA 14MM, 4", BARRA COM 6M	UNID.	275	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 258,62	R\$ 71.120,50	
118	TUBO FERRO INDUSTRIAL CHAPA 18MM 1", BARRA COM 6M	UNID.	2.800	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 23,94	R\$ 67.032,00	
119	TUBO INDUSTRIAL 1.1/2" CHAPA 13	KG	12.300	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 7,07	R\$ 86.961,00	
120	TUBO INDUSTRIAL 1.1/2" CHAPA 13	KG	4.100	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 7,07	R\$ 28.987,00	
121	TUBO INDUSTRIAL 2" CHAPA 13	KG	17.344	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 7,07	R\$ 122.622,08	
122	TUBO INDUSTRIAL 2" CHAPA 13	KG	5.781	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 7,07	R\$ 40.871,67	
123	TUBO INDUSTRIAL DIÂMETRO 2.1/2" CHAPA 13	KG	18.319	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 7,12	R\$ 130.431,28	
124	TUBO INDUSTRIAL DIÂMETRO 2.1/2" CHAPA 13	KG	6.106	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 7,12	R\$ 43.474,72	
125	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 110MM, 6 METROS	UNID.	915	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 346,14	R\$ 316.718,10	
126	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 110MM, 6 METROS	UNID.	305	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 346,14	R\$ 105.572,70	
127	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 20MM, 6 METROS	UNID.	660	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 11,46	R\$ 7.563,60	
128	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 25MM , 6 METROS	UNID.	2.221	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 11,94	R\$ 26.518,74	
129	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 32MM, 6 METROS	UNID.	304	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 27,66	R\$ 8.408,64	
130	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 40MM, 6 METROS	UNID.	1.361	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 42,90	R\$ 58.386,90	
131	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 50MM, 6 METROS	UNID.	1.365	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 49,56	R\$ 67.649,40	



132	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 50MM, 6 METROS	UNID.	454	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 49,56	R\$ 22.500,24
133	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 75MM, 6 METROS	UNID.	894	QTDE COTA PRINCIPAL	R\$ 118,14	R\$ 105.617,16
134	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 75MM, 6 METROS	UNID.	297	QTDE COTA RESERVADA P/ ME/EPP	R\$ 118,14	R\$ 35.087,58
135	VIGOTA DE MADEIRA 6X12	M	1.850	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 21,00	R\$ 38.850,00
136	VIGOTA DE MADEIRA 6X16	M	1.850	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 28,00	R\$ 51.800,00
137	VIGOTA DE MADEIRA ANGELIM 8 X 11	M	750	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 35,50	R\$ 26.625,00
138	VIGOTA DE MADEIRA NÃO APARELHADA 5X10CM, MAÇARANDUBA, 4 M	UNID.	600	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 38,60	R\$ 23.160,00
139	VIGOTA DE MADEIRA NÃO APARELHADA 5X10CM, MAÇARANDUBA, 5 M	UNID.	700	QTDE EXCLUSIVA P/ ME/EPP	R\$ 48,25	R\$ 33.775,00
TOTAL:					R\$ 26.956.032,80	

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. Os materiais deverão ser entregues (aos que couberem) em suas embalagens originais de forma a permitir a completa segurança durante transporte.

1.2. Todos os materiais deverão, no que couber, atender as normas técnicas da ABNT e especificações dos órgãos oficiais (DNIT, AGETOP e SEINFRA).

2. LOCAL DA ENTREGA

2.1. A entrega deverá ocorrer de segunda a sexta, exceto feriados, das 8:00hs as 12:00hs e/ou das 13:00hs as 18:00hs, nos endereços mencionas a seguir:

ÓRGÃO	ENDEREÇO	DEPARTAMENTO
AGETUL – Agência Municipal de Turismo, Eventos e Lazer	Av. Contorno com Independência s/n Centro Parque Mutirama, CEP 74.055.140	Setor de Almojarifado
COMURG – Companhia de Urbanização de Goiânia	Av. Nazareno Roriz, nº 1.122 – Vila Aurora CEP: 74.405.010	Setor de Almojarifado
IPSM – Instituto de Previdência	Av. B Qd.C-1 L.16/18 nº 155 - Setor Oeste	Gerência de Apoio Administrativo/ Almojarifado
SECULT – Secretaria de Cultura	Conforme Ordem de Serviço, na cidade de Goiânia	
SEFIN – Secretaria de Finanças	Av. do Cerrado nº 999, Bl. E - Park Lozandes	Gerência de Apoio Administrativo/ Almojarifado
SEGOV – Secretaria de Governo	Av. do Cerrado nº 999, 4º Andar - Park Lozandes	Gerência de Manutenção
SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura	Tubos para galeria de águas pluviais, areia, brita e pedras deverão ser entregues em endereços	Setor de almojarifado



	específicos que serão informados ao longo do contrato, de acordo com a necessidade. Os demais materiais serão entregues na sede da SEINFRA, Rua 21, nº 410 - Vl. Sta. Helena 74555-330	
SEMAD – Secretaria de Administração	Av. do Cerrado nº 999, Bloco B térreo - Park Lozandes	Gerência de Apoio Administrativo
SEMAS – Secretaria de Assistência Social	Rua Francisca Costa Cunha D. Tita, Qd 63 (antiga 26A) Setor Aeroporto	Setor de Almoarifado/ Gerência de Apoio Administrativo
SME - Secretaria Municipal de Educação e Esporte	Av. Alfredo Nasser (Rua 74), Qd. 129, Lts. 61-62, nº 522, Setor Central	Gerência de Patrimônio e Almoarifado
SMT – Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade	Av. Laudelino Gomes nº 250 Setor Bela Vista	Setor de Almoarifado

3. FORMA DE ENTREGA

3.1. A forma de entrega será parcelada, de acordo com a necessidade e demanda de cada órgão.

4. PRAZO PARA ENTREGA

4.1. O prazo para entrega será de até **10 (dez) dias consecutivos**, contado da data do recebimento da ordem de fornecimento expedida pelo CONTRATANTE.

5. SUBCONTRATAÇÃO

5.1. O contratado, na execução do contrato, não poderá subcontratar o fornecimento.

6. GARANTIA DO OBJETO

6.1. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no prazo de **10 (dez) dias**, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

6.2. Todo o custo referente à prestação da garantia correrá por conta da licitante.

6.3. Quando o material apresentar defeitos e for substituído, a garantia será contada a partir da data de entrega dos novos objetos.

7. DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. CONTRATADA:

7.1.1. Fornecer o objeto da CONTRATANTE obedecendo as especificações, independentemente de quaisquer contratamentos, prazos, locais e condições citadas acima e especificadas em edital;

7.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no Artigo 55, inciso XIII da lei nº 8666/93;

7.1.3. Responder por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizada pela CONTRATANTE;



7.1.4. Atender, manter e disponibilizar todas as exigências e condições constantes nesse Termo de Referência;

7.1.5. Prestar esclarecimentos que lhes forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações relacionadas com os objetos fornecidos;

7.1.6. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas no fornecimento dos objetos contratados;

7.1.7. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salário, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho do objeto do contato, ficando a CONTRATADA isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

7.1.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com substituição de materiais que não estejam de acordo com as especificações e condições avançadas, enquanto perdurar a vigência da validade oferecida pela Contratada, sem qualquer ônus à Contratante;

7.1.9. Os referidos materiais deverão ser acompanhados pela Nota Fiscal, na qual constará as indicações referentes à marca, fabricante e modelo, bem como pelos acessórios e componentes constantes das especificações técnicas;

7.1.10. O transporte do objeto até a entrega será de responsabilidade exclusiva da contratada, respondendo este por eventuais danos ou prejuízos causados a terceiros durante este transporte.

7.2. CONTRATANTE:

7.2.1. Fiscalizar, gerenciar e monitorar todos os produtos fornecidos pela CONTRATADA;

7.2.2. Comunicar à Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.2.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos.

8. DEMAIS CONSIDERAÇÕES

8.1. Não será admitida a participação de consórcios;

TABELA DE QUANTITATIVO POR ÓRGÃO PARTICIPANTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	AGETUL	COMURG	IPSM	SECULT	SEFIN	SEGOV	SEINFRA	SEMAD	SEMAS	SME	SMT	TOTAL
			of.198/18	of.208/18	of.68/18	of.80/18	of.115/18	of.12/18	of.562/18	of.204/18	of.208/18	of.209/18		
1	AÇO CA-50, 8,0 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	500	14.000	0	80	0	0	11.850	0	0	0	0	26.430
2	AÇO CA-60, 4,2 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	700	12.000	0	0	0	0	1.430	0	0	0	0	14.130
3	AÇO CA-60, 5,0 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	700	10.000	0	0	0	0	368	0	0	0	0	11.068
4	AÇO CA-60, 6,0 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	700	10.000	0	0	0	0	8.025	0	0	0	0	18.725
5	AÇO CA-60, 8,0 MM, VERGALHÃO, BARRAS DE 12M	KG	700	10.000	0	80	0	0	0	0	0	0	0	10.780
6	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, 2,76 MM (0,048 KG/M)	KG	400	800	1	5	0	2	500	0	0	1.000	0	2.708



Secretaria Municipal de Administração

7	ARAME GALVANIZADO 14 BWG, 2,10MM (0,0272 KG/M)	KG	500	2.500	1	0	0	2	500	0	0	500	0	4.003
8	ARAME GALVANIZADO 16 BWG, 1,65MM (0,0166 KG/M)	KG	400	2.300	1	0	0	2	300	0	100	500	0	3.603
9	ARAME GALVANIZADO 18 BWG, 1,24MM (0,009 KG/M)	KG	500	2.000	1	0	0	0	200	2	0	500	0	3.203
10	ARAME RECOZIDO 20 BWG	KG	350	1.800	1	10	0	0	300	0	100	500	0	3.061
11	AREIA FINA LAVADA	M³	500	5.000	0	15	0	0	2.000	0	30	1.000	0	8.545
12	AREIA GROSSA LAVADA	M³	100	5.000	0	15	0	0	2.000	0	30	1.000	50	8.195
13	AREIA MÉDIA LAVADA	M³	3.000	8.000	0	15	0	0	2.000	0	30	1.000	0	14.045
14	ARGAMASSA COLANTE INDUSTRIALIZADA MULTIUSO, PARA REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS DIVERSOS. COR: CINZA	KG	400	12.000	0	10	0	20	500	0	180	2.000	0	15.110
15	ARGAMASSA COLANTE INDUSTRIALIZADA MULTIUSO, PARA REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS DIVERSOS. COR: BRANCO	KG	400	10.000	0	10	0	0	0	0	180	0	0	10.590
16	BARRA DE COBRE CA-50 / 1.1/4" X 1/8" (08690 KG/M)	M	50	50	0	50	0	0	30	0	0	0	0	180
17	BARRA DE COBRE CA-50 / 1" X 3/16" (1,0432 KG/M)	M	50	50	0	0	0	0	10	0	0	0	0	110
18	BARRA DE COBRE CA-50 / 1/2" X 3/16" (0,5216 KG/M)	M	50	50	0	0	0	0	10	0	0	0	0	110
19	BARRA DE COBRE CA-50 / 3/4" X 1/8" (0,5214 KG/M)	M	50	50	0	0	0	0	10	0	0	0	0	110
20	BARRA DE COBRE CA-50 / 3/4" X 3/16" (0,7823 KG/M)	M	50	50	0	0	0	0	10	0	0	0	0	110
21	BARRA DE COBRE CA-50 / 1" X 1/8" (0,8052 KG/M)	M	50	50	0	0	0	0	10	0	0	0	0	110
22	BARRA DE COBRE CA-50 / 2" X 1/4" (2,870 KG/M)	M	50	50	0	0	0	0	10	0	0	0	0	110
23	BARRA DE COBRE CA-50 1.1/2" X 1/8" (1,0483 KG/M)	M	50	50	0	0	0	0	10	0	0	0	0	110
24	BRITA N. 0 (GRANULOMETRIA DE 4,8 A 9,5 MM)	M³	200	3.000	0	5	0	0	20,000	0	30	200	0	23.435
25	BRITA N. 1 (GRANULOMETRIA DE 9,5 A 19 MM)	M³	300	5.000	0	10	0	0	13,000	0	30	300	0	18.640
26	BRITA N. 2 (GRANULOMETRIA DE 19 A 25 MM)	M³	700	3.000	0	10	0	0	10,000	0	30	100	0	13.840
27	CAIBRO DE MADEIRA APARELHADA 5X6CM, MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO.	M	300	3.000	0	100	0	0	0	0	100	1.000	0	4.500
28	CAIBRO DE MADEIRA APARELHADA 6X8CM, MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO.	M	300	3.000	0	50	0	0	0	0	0	3.000	0	6.350
29	CAIBRO DE MADEIRA NÃO APARELHADA 5X6CM, MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO.	M	300	3.000	0	0	0	0	0	0	0	3.000	0	6.300
30	CAIBRO DE MADEIRA NÃO APARELHADA 6X8CM, MAÇARANDUBA,	M	300	3.000	0	0	0	0	0	0	0	3.000	0	6.300



Secretaria Municipal de Administração

	ANGELIM EQUIVALENTE REGIÃO.	OU DA													
31	CAIBRO DE MADEIRA NATIVA/REGIONAL 5X5CM NÃO APARELHADA (PARA FORMA)		M	500	3.000	0	0	0	0	600	0	100	3.000	0	7.200
32	CAIBRO MADEIRA 4 X 5CM, PEÇA COM 4M (ANGELIM VERMELHO, MAÇARANDUBA, CEDRORANA OU ROXINHO)		UNID.	100	2.000	0	50	0	0	100	0	0	200	0	2.450
33	CAIBRO MADEIRA 4 X 5CM, PEÇA COM 5M (ANGELIM VERMELHO, MAÇARANDUBA, CEDRORANA OU ROXINHO)		UNID.	200	2.000	0	50	0	0	0	0	0	200	0	2.450
34	CAIBRO MADEIRA 5 X 3CM, PEÇA COM 4M (MADEIRA ANGELIM VERMELHO, ROXINHO OU CEDRORANA)		UNID.	200	3.500	0	0	0	0	60	0	0	500	0	4.260
35	CAIBRO MADEIRA PEÇA 4 X 3CM X 4M. ANGELIM VERMELHO OU MAÇARANDUBA OU CEDRORANA ROXINHO		UNID.	400	2.500	0	0	0	0	60	0	0	3.000	0	5.960
36	CAIBRO MADEIRA PEÇA 4 X 3CM X 5M. ANGELIM VERMELHO OU MAÇARANDUBA OU CEDRORANA ROXINHO		UNID.	500	2.500	0	0	0	0	100	0	0	6.000	0	9.100
37	CAIBRO MADEIRA PEÇA 4 X 5CM X 3M. ANGELIM VERMELHO OU MAÇARANDUBA OU CEDRORANA ROXINHO		UNID.	500	2.500	0	0	0	0	60	0	0	4.700	0	7.760
38	CAL HIDRATADA SACO DE 20KG		UNID.	200	35.000	0	15	0	0	50	0	50	300.000	0	335.315
39	CAL PARA PINTURA MATERIAL: SÓLIDO BRANCO		KG	200	2.000.000	0	20	0	0	50	0	180	0	0	2.000.450
40	CERÂMICA ANTIDERRAPANTE 33X33 PEI 5 BRANCO		M²	200	5.000	40	200	0	0	400	0	50	1.000	0	6.890
41	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PARA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20X1,10M, E=6MM		UNID.	100	2.000	0	20	0	0	0	0	0	500	0	2.620
42	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PARA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20X1,10M, E=12MM		UNID.	100	2.000	0	20	0	0	0	0	0	500	0	2.620
43	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PARA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20X1,10M, E=14MM		UNID.	100	2.000	0	20	0	0	200	0	0	500	0	2.820
44	CIMENTO ARGAMASSA COLANTE		KG	500	2.000	0	200	0	0	0	0	50	20.000	0	22.750
45	CIMENTO BRANCO		KG	100	500	0	100	0	0	100	0	30	1.000	0	1.830
46	CIMENTO PORTLAND, (CP II) Fck= 32Mpa SACO DE 50 KG		UND.	1.600	15.000	0	150	0	0	24.000	0	250	3.000	100	44.100
47	CUMEEIRA FIBRO - CIMENTO NORMAL ONDULADA 1,10M X 15° X 6MM		UNID.	300	500	0	0	0	0	20	0	100	300	0	1.220
48	CUMEEIRA FIBRO - CIMENTO NORMAL ONDULADA 1,10M X 20° X 6MM		UNID.	300	500	0	0	0	0	100	0	100	200	0	1.200
49	FILITO EM PÓ PRODUTO: FILITO OU FILÁDIO OU XISTO LUZENTE. INDICAÇÕES DE USO: DAR PROTEÇÃO		UNID.	20	350	0	0	0	0	100	0	50	0	0	520



	EXTERNA ÀS PAREDES. SEJAM ELAS DE QUE MATERIAL FOREM – TIJOLO COMUM, TIJOLO FURADO, BLOCO DE CONCRETO ETC. CARACTERÍSTICAS/ DIMENSÕES TÉCNICAS: SACO COM 17 KG (DEZESSETE QUILO GRAMAS) EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 7211:2009.													
50	FORRO DE GESSO SOB LAJE MACIÇA	M²	50	1.000	0	0	0	0	50	0	50	100	0	1.250
51	FORRO DE PVC 200X8MM	M²	200	3.000	0	1,00	0	0	400	0	50	2.000	0	6.650
52	FORRO GESSO ACÚSTICO COM ACABAMENTO	M²	100	150	0	500	0	0	0	0	50	100	0	900
53	GESSO EM PÓ	KG	200	1.000	10	20	3	0	500	0	50	100	0	1.910
54	MASSA ACRÍLICA 18 LITROS	UNID.	100	700	0	0	2	0	5	0	60	200	0	1.085
55	MASSA CALAFETAR / TIPO FILETO 350 GRAMAS	UNID.	80	300	2	0	0	0	30	0	60	0	0	472
56	MASSA CORRIDA PVA LATA DE APROXIMADAMENTE 25 KG (VINTE E CINCO QUILOS)	UNID.	50	2.000	2	0	2	10	20	0	60	4.000	0	6.162
57	MASSA PARA VIDRO	KG	100	200	1	0	1	0	25	0	100	300	0	736
58	MASSA PLÁSTICA COM CATALIZADOR EMBALAGEM DE 400 GRAMAS	UNID.	110	200	4	5	0	10	10	0	30	0	0	369
59	METALON FERRO 20 X 20 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	100	1.000	0	40	0	0	10	0	50	440	0	1.640
60	METALON FERRO 20 X 30 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	100	1.000	0	40	0	0	50	0	50	550	0	1.790
61	METALON FERRO 30 X 30 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	100	1.000	0	40	0	0	50	0	50	100	0	1.340
62	METALON FERRO 40 X 30 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	100	1.000	0	40	0	0	50	0	50	100	0	1.340
63	METALON FERRO 50 X 30 MM, CHAPA 18MM, BARRA COM 6M	UNID.	100	1.000	0	40	0	0	100	0	50	100	0	1.390
64	METALON FERRO 90 X 30 MM, CHAPA 18 MM, BARRA COM 6M	UNID.	100	1.000	0	30	0	0	10	0	50	100	0	1.290
65	PEDRA MARROADA – DIMENSÕES DE 100MM A 300MM APROXIMADAMENTE	M³	20	25.000	0	0	0	0	15,00	0	0	0	0	40.020
66	PILAR DE MADEIRA NÃO APARELHADA 15X15CM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO – PEÇAS EM COMPRIMENTO DE 4 M	UNID.	20	150	0	0	0	0	10	0	0	0	0	180
67	PILAR DE MADEIRA NÃO APARELHADA 15X15CM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO – PEÇAS EM COMPRIMENTO DE 5 M	UNID.	20	100	0	0	0	0	10	0	0	0	0	130
68	PISO CERÂMICA ANTIDERRAPANTE MATERIAL: PISO CERÂMICA 60 CM X 60CM PRODUTO DE PVC (RECICLADO), RÚSTICO E EFEITO ACETINADO. INDICAÇÕES PARA USO:	M2	200	3.000	10	100	0	0	50	0	50	20.000	0	23.410



Secretaria Municipal de Administração

	RECOMENDADA PARA MÚLTIPLOS USOS, TAIS COMO: PISOS, PAREDES DE GARAGENS E PARA QUINTAIS. USO EXTERNO E QUE EVITAM OS ACIDENTES DOMÉSTICOS (ESCORREGÕES). ESPECIFICAÇÕES APROXIMADAS: ESPESSURA: 9,5 MM, LARGURA: 60CM, COMPRIMENTO: 60CM. COR: MADEIRADO/MARROM.													
69	PISO CERÂMICA LISO 54 X 54CM, PEI 5 COR BRANCA	M²	200	5.000	0	0	0	0	0	0	50	29.000	0	34.250
70	PISO CERÂMICO 40X40 COR BRANCA PEI 5	M²	500	3.500	0	0	0	100	0	0	50	0	0	4.150
71	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO APROXIMADAMENTE IGUAL A 2025CM²	M²	200	1.000	0	0	0	0	0	0	50	29.000	0	30.250
72	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4. FORMATO MAIOR QUE 2025CM²	M²	200	1.000	0	0	0	0	0	0	50	29.000	0	30.250
73	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA, COMERCIAL (PADRÃO POPULAR), PEI MAIOR OU IGUAL A 3, FORMATO APROXIMADAMENTE IGUAL A 2025CM²	M²	200	3.000	0	0	0	0	0	0	0	29.000	0	32.200
74	TELHA DE AMIANTO 366X110CM	UNID.	1.500	2.000	10	300	0	0	60	0	100	1.000	0	4.970
75	TELHA CERÂMICA PLAN COLONIAL	UNID.	9.000	5.000	0	3.000	0	0	1.000	0	1.000	16.000	0	35.000
76	TELHA FIBROCIMENTO 244 X 110 CM (SEM AMIANTO) 8 MM DE ESPESSURA	UN	50	500	0	50	0	0	0	0	0	1.000	0	1.600
77	TELHA ONDULADA, COMPRIMENTO 1,83 M, LARGURA TOTAL 1,10 M, ESPESSURA 6 MM. (SEM AMIANTO)	UND.	100	1.500	0	0	0	0	0	0	50	1.000	0	2.650
78	TELHA ONDULADA, COMPRIMENTO 3,66 M, LARGURA TOTAL 1,10 M, ESPESSURA 8 MM (SEM AMIANTO)	UND.	100	500	0	200	0	0	500	0	50	1.000	0	2.350
79	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5X9X19CM)	UNID.	5.000	15.000	0	3.000	0	0	3.000	0	30.000	30.000	0	86.000
80	TIJOLO FURADO COM SEIS FUROS. DIMENSÕES TÉCNICAS: COMPRIMENTO 29CM, LARGURA 9CM, ALTURA 14CM	UNID.	5.000	35.000	0	3.000	0	0	25.000	0	15.000	100.000	0	183.000
81	TUBO FERRO INDUSTRIAL CHAPA 14MM, 4", BARRA COM 6M	UNID.	100	500	0	0	0	0	100	0	0	400	0	1.100
82	TUBO FERRO INDUSTRIAL CHAPA 18MM 1", BARRA COM 6M	UNID.	100	1.500	0	0	0	0	100	0	50	1.050	0	2.800
83	TUBO INDUSTRIAL 1.1/2" CHAPA 13	KG	100	3.500	0	0	0	0	100	0	0	12.700	0	16.400
84	TUBO INDUSTRIAL 2" CHAPA 13	KG	100	6.000	0	0	0	0	25	0	0	17.000	0	23.125
85	TUBO INDUSTRIAL DIÂMETRO 2.1/2" CHAPA 13	KG	100	3.000	0	0	0	0	25	0	0	21.300	0	24.425
86	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 110MM, 6 METROS	UNID.	100	120	0	0	0	0	0	0	0	1.000	0	1.220



Secretaria Municipal de Administração

87	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 20MM, 6 METROS	UNID.	60	300	0	0	0	0	0	0	0	300	0	660
88	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 25MM, 6 METROS	UNID.	100	1.000	1	0	0	60	60	0	0	1.000	0	2.221
89	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 32MM, 6 METROS	UNID.	60	200	0	0	0	24	20	0	0	0	0	304
90	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 40MM, 6 METROS	UNID.	100	200	1	0	0	0	60	0	0	1.000	0	1.361
91	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 50MM, 6 METROS	UNID.	100	600	1	0	0	18	100	0	0	1.000	0	1.819
92	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIÂMETRO 75MM, 6 METROS	UNID.	60	100	1	0	0	0	30	0	0	1.000	0	0
93	VIGOTA DE MADEIRA 6X12	M	200	500	0	0	0	0	100	0	50	1.000	0	1.850
94	VIGOTA DE MADEIRA 6X16	M	200	500	0	0	0	0	100	0	50	1.000	0	1.850
95	VIGOTA DE MADEIRA ANFELIN 8 X 11	M	300	300	0	0	0	0	0	0	0	150	0	750
96	VIGOTA DE MADEIRA NÃO APARELHADA 5X10CM, MAÇARANDUBA, 4 M	UNID.	100	300	0	0	0	0	100	0	0	100	0	600
97	VIGOTA DE MADEIRA NÃO APARELHADA 5X10CM, MAÇARANDUBA, 5 M	UNID.	100	400	0	0	0	0	100	0	0	100	0	700

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

RENATO GARCIA PEREIRA
Gerente de Pregões

MARCELA ARAÚJO TEIXEIRA
Superintendente

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário Municipal de Administração



24. ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº / REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SRP

Pelo presente instrumento, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, órgão gerenciador do Registro de Preços, localizada na Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco – B, Térreo - Park Lozandes, representado pelo Sr. _____ brasileiro, inscrito no CPF sob nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **Secretário Municipal de Administração**, nomeado pelo **Decreto nº. 684/2018**, nos termos da Lei 10.520/2002, **Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 2.968/2008 alterado pelo Decreto Municipal nº 2.126/2011, Lei Municipal 9.525/2014**, aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, relativos ao **processo n.º 2063/2018 - BEE**, do tipo **MENOR PREÇO** e necessária homologação, publicados no site deste município, conforme consta nos autos, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida à _____, Qd. _____, Lt. _____, no município de _____ – _____, CEP n. _____, Fone: _____, e-mail: _____, este ato representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF nº _____, portador do RG nº _____, doravante denominado **Fornecedor e demais empresas relacionadas no Anexo I desta Ata que compõem o cadastro de reserva de fornecedores**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços **de materiais de construção (argamassa, barra de cobre, caibro, cimento, metalon, piso cerâmica, tubos, vigota e outros)**, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos estão registrados nos termos da proposta vencedora do **Pregão Presencial nº 013/2018 - Sistema de Registro de Preços**, conforme o tabela (s) abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL.....R\$					

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 3.1. Os órgãos e entidades, beneficiários desta Ata, deverão solicitar, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** órgão gerenciador da presente Ata, nos termos da **Lei Municipal 9.525/2014 e demais legislações vigentes**, autorização para o fornecimento a serem atendidos, de acordo com o Edital de Licitação que faz parte integrante da presente Ata.
- 3.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio de Contrato e/ou documento equivalente, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da comunicação, observando-se as condições estabelecidas, legislação vigente e na proposta vencedora.
- 3.3. Mediante a assinatura da Ata e seu anexo I estará caracterizado o compromisso de entrega dos produtos objeto do Pregão.
- 3.4. Após o recebimento da Nota de Empenho, o fornecedor terá o prazo fixado no edital para entregar os produtos.
- 3.5. O fornecedor que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho/ordem de Serviço no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas nesta Ata.
- 3.6. Os produtos deverão ser entregues de acordo com o edital, com a proposta vencedora da licitação, bem como as cláusulas da presente Ata.



- 3.7. O Município de Goiânia não está obrigado a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços, preferência, em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

- 4.1. O prazo para pagamento ao fornecedor será efetuado nos termos do edital do Pregão de Registro de Preços.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE, CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 5.1. O registro de preços terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Diário Oficial do Município, conforme o inciso III do parágrafo 3º do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

- 5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

- 5.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput*, do art. 65, da Lei n. 8666/93.

- 5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- 5.4.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

- 5.4.1.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

- 5.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

- 5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a **Secretaria Municipal de Administração** (órgão gerenciador) poderá:

- 5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Serviço; e

- 5.5.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS USUARIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

- 6.2. O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

- 6.3. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

- 6.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



- 6.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o Item 6.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 6.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 6.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

7. CLÁUSULA SETIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

7.1.1. Pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

7.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

7.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

7.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Art. 78, Inc. I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

7.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

7.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

7.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

7.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV e XVI, da lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

7.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

7.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

7.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município e Jornal de grande circulação, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

7.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

8.1. O atraso injustificado na entrega dos produtos ou na execução do contrato sujeitará o **LICITANTE VENCEDOR** à advertência e multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor adjudicado.

8.1.1. A multa a que se alude o item 8.1 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 10.520 e Lei nº 8.666/93.



8.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LICITANTE VENCEDOR as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - Multa de 3% (três por cento) sobre o valor da parcela não adimplida do contrato;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

8.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3. Em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 - Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais o licitante que:

8.3.1. Convocado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços não celebrar o contrato;

8.3.2. Deixar de entregar documentação exigida para o certame dentro do prazo estabelecido no Edital, considerando, também, como documentação a proposta ajustada.

8.3.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

8.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

8.3.5. Ensejar retardamento da execução de seu objeto;

8.3.6. Não mantiver a proposta;

8.3.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

8.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

8.5. Por infração a quaisquer outras cláusulas contratuais, será aplicada multa de **3% (três por cento)** sobre o valor da parcela não adimplida do contrato, cumuláveis com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

8.6. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, de forma que, sendo insuficientes os créditos devidos para quitação da sanção aplicada, deverá ser procedida a cobrança administrativa ou judicial do valor restante.

9. CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.

9.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do **Pregão Presencial Nº 013/2018 - Sistema de Registro de Preços**.

9.3. Fica designado como Gestor do Registro de Preços, de acordo com a **Lei Municipal nº 9.525 de 29 de dezembro de 2014**, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preço, em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Goiânia, de de



JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário Municipal de Administração

Nome Fornecedor.....
Nome da Empresa.....

TESTEMUNHAS:

1 _____
2 _____

**ANEXO I - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE FORNECEDORES**

Classificação	Fornecedor	Objeto	Marca	Quantidade	Valor Unitário



25. ANEXO III

MINUTA CONTRATUAL
CONTRATO N.º...../2018

Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção (argamassa, barra de cobre, caibro, cimento, metalon, piso cerâmica, tubos, vigota e outros), que entre si fazem o MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por meio da Secretaria Municipal de Administração / órgãos participantes e a empresa _____, nas cláusulas e condições que se seguem:

O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por meio da Secretaria Municipal de Administração / órgãos participantes, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, sito à Rua _____ n.º _____ – Setor _____ – Goiânia-GO - CEP: _____, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º _____, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo **Presidente, Sr. _____**, brasileiro, casado, _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado _____, com seus atos constitutivos registrados no(a) _____, sediada em _____, na _____ inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º _____, Inscrição Estadual n.º _____, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo sócio(s) Sr. _____, Identidade n.º _____, CPF n.º _____ (qualificação) doravante denominada apenas **CONTRATADA** têm entre si justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 2.968/2008 alterado pelo Decreto Municipal n.º 2.126/2011 aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes, **contratação de empresa para fornecimento de materiais elétricos (disjuntor, interruptor, lâmpada, tomada, rele e outros), Processo n.º 2063/2018 - BEE, PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. - Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção (argamassa, barra de cobre, caibro, cimento, metalon, piso cerâmica, tubos, vigota e outros), conforme condições e especificações estabelecidas neste instrumento contratual e edital Pregão Presencial N.º 013/2018 - SRP e seus Anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

2.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 2.1.1. Não transferir a outrem ou subcontratar, no todo ou em parte, o presente Contrato;
- 2.1.2. Executar fielmente o contrato avençado, de acordo com as cláusulas avençadas neste Edital constante do **Pregão Presencial N.º 013/2018 - SRP, Termo de Referência – ANEXO I**, solicitação da CONTRATANTE, especificações, condições, prazos, locais, proposta ofertada, e, ainda, as normas vigentes, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ou atraso injustificado;
- 2.1.3. Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo na execução do contrato;
- 2.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de produtos empregados;
- 2.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
- 2.1.6. Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem



devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

- 2.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93;
- 2.1.8. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a eventual reclamações/notificações relacionadas com o objeto fornecido;
- 2.1.9. Disponibilizar os produtos de forma parcelada de acordo com as necessidades do Município de Goiânia.
- 2.1.10. A contratada se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências do edital de licitação.
- 2.1.11. Entregar o objeto, rigorosamente de conformidade com todas as condições de qualidade e prazos estipulados, inclusive quanto a marca ofertada.

2.2. - A CONTRATANTE se compromete a:

- 2.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidores especialmente designados, conforme determina o artigo 67 caput, da Lei 8.666/93, bem como o artigo 3º, inciso XXI da Instrução Normativa nº 010/2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e **do art. 2º da Instrução Normativa 02/2018 da Controladoria Geral do Município.**
- 2.2.2. Os representantes da administração acima mencionados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 67, § 1º da Lei 8.666/93.
- 2.2.3. As decisões que ultrapassarem a competência dos representantes serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 67, § 2º da Lei 8.666/93.
- 2.2.4. Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade dos produtos a serem fornecidos;
- 2.2.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos na Cláusula quarta.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 3.1. **A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.**
- 3.2. **PRORROGAÇÃO:** O prazo poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57, Inciso I da Lei nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO.

- 4.1. **DO PREÇO:** A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor correspondente aos produtos, sendo que o valor total do contrato é de R\$ _____ (valor por extenso).
 - 4.1.1. Nos preços estipulados estão incluídos todos os custos decorrentes do fornecimento do objeto, tais como: mão-de-obra, salário, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de segurança do trabalho e trabalhistas, fretes, seguros, impostos e taxas, contribuições e alvarás, ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários à consecução deste, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.
- 4.2. **DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia subsequente à entrega dos produtos, por meio de ordem de Pagamento, mediante apresentação da respectiva fatura discriminativa, após devida atestação, via Ordem de Pagamento no Banco _____, Agência _____, Conta _____.



- 4.2.1.** Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente da Caixa Econômica Federal, Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira do Município.
- 4.2.2.** Caso a empresa vencedora não possua conta corrente na Caixa Econômica Federal, os custos de transferência bancária serão arcados por esta, conforme tabela de serviços bancários.
- 4.2.3.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em virtude de inadimplência referente a execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

- 4.3. ATRASO DE PAGAMENTO:** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município de Goiânia, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

- 4.3.1.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

- 4.4. DO REAJUSTE:** Os preços praticados serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta, nos termos da Lei 10.192/01.

- 4.4.1.** Na prorrogação do prazo, o valor inicialmente contratado poderá ser reajustado utilizando-se do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, do período.

- 4.4.2.** Caso haja uma prorrogação do prazo de entrega e, ultrapassando os 12 (doze) meses, o índice de reajuste já estará previsto no contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 5.1.** A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de xxxxxxxx, correspondente a .3.% (três por cento) de seu valor total, observadas as condições previstas no Edital.

- 5.1.1.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

- 5.1.2.** A garantia poderá, a critério da Administração, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

- 5.1.3.** A garantia ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais;

- 5.1.4.** A garantia será restituída, somente, após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE.

- 5.1.5.** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será devolvida a caução.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



6.1. A classificação das despesas dar-se-á a conta de **Dotação Orçamentária nº XXX.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E MULTA

7.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO à advertência e multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação.

7.1.1. A multa a que se alude o item 7.1 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93.

7.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - Multa de **3% (três por cento)** sobre o valor da parcela não adimplida do contrato;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

7.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.3. Em conformidade com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 - Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais o licitante que:

7.3.1. Convocado dentro do prazo de validade da Proposta, não celebrar o contrato

7.3.2. Deixar de entregar documentação exigida para o certame dentro do prazo estabelecido no Edital, considerando, também, como documentação a proposta ajustada;

7.3.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

7.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

7.3.5. Ensejar retardamento da execução de seu objeto;

7.3.6. Não mantiver a proposta;

7.3.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

7.4. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

7.5. Por infração a quaisquer outras cláusulas contratuais, será aplicada multa de **3% (três por cento)** sobre o valor da parcela não adimplida do contrato, cumuláveis com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

7.6. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA, de forma que, sendo insuficientes os créditos devidos à CONTRATADA para quitação da sanção aplicada, deverá ser procedida a cobrança administrativa ou judicial do valor restante.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

8.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto contratado conforme solicitação da CONTRATANTE, nos termos prescritos no Anexo I deste Edital e das seguintes disposições:



8.1.1. O responsável pelo recebimento do objeto deverá atestar a qualidade e quantidade dos produtos, mediante recibo (§1º do art. 73), devendo rejeitar qualquer produto que esteja em desacordo com o especificado no Edital.

8.2. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do produto, em perfeitas condições conforme a proposta apresentada, dentro do horário estabelecido pela CONTRATANTE.

8.3. Em conformidade com os artigos 73 e 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

I - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

II - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação.

8.3.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito/má qualidade, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

8.3.2. O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da adjudicatária *a posteriori*. Deverão ser substituídos os produtos que, eventualmente, não atenderem as especificações do Edital.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

9.2. A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII do artigo 78 da sobredita Lei;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

9.3. - Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. Caberá a **CONTRATANTE** providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA APRECIÇÃO DA CGM E CADASTRO NO TCM

11.1. O presente Instrumento será objeto de apreciação pela **Controladoria Geral do Município** e cadastrado no site do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - TCM, em até (3) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo *upload* do arquivo correspondente, de acordo com o **artigo 3º da IN nº 09/2015 do TCM**, não se responsabilizando o **CONTRATANTE**, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1. Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual, os termos do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS e seus Anexos, a Proposta da



CONTRATADA datada de ___/___/___, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Aos casos omissos, aplicar-se-á as demais disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 2.968/08 alterado pelo Decreto Municipal nº 2.126/2011, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para as questões resultantes do instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, Município de Goiânia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Goiânia, ___ de _____ de 2018.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF
RG

Nome:
CPF
RG



26. ANEXO IV

**TERMO DE CREDENCIAMENTO
(preferencialmente em papel timbrado da Licitante)**

Ao(a) Pregoeiro(a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA
Endereço: Avenida do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia- GO.
Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Assunto: Credenciamento

Pelo presente instrumento, a empresa....., com sede na
....., C.N.P.J. n.º , através de
seu representante legal Sr. (a) , cargo
....., CREDENCIA o (a) Sr. (a)
portador (a) do R.G. n.º e C.P.F. n.º
....., para representá-la perante a PREFEITURA DE GOIANIA, na sessão
pública do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, outorgando-lhe
plenos poderes para formular ofertas e lances, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso,
renunciar ao direito de interposição de recursos, assinar atas de registro de preços e praticar todos os atos
inerentes ao certame, em todas as fases licitatórias.

Localidade, ___ de _____ de 2018.

___ (assinatura) ___
CARGO
R.G. n.º

**Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura, com
firma reconhecida em cartório.**



27. ANEXO V - A

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(Exigida pelo inciso VII, Art. 4º da Lei federal nº. 10.520 de 17/07/02)**

Ao (a) Pregoeiro (a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA

Endereço: Avenida do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia - GO.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prezados Senhores,
_____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para o **fornecimento do(s) objetos(s)**, de conformidade com o Edital mencionado, declaramos junto ao(a) Pregoeiro (a) da Secretaria Municipal de Administração que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que realizar-se-á no dia ____/____/____, às _____.

Declaramos ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do edital, ensejará aplicação de penalidades previstas nos termos deste edital e seus anexos aos Declarantes

Localidade, ____ de _____ de 2018.

____ (assinatura)__

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.



28. ANEXO V - B

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(Exigida pelo inciso VII, Art. 4º da Lei federal nº 10.520 de 17/07/02)**

Ao(a)

Pregoeiro(a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA

Endereço: Av. do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia- GO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prezados Senhores,
_____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para o **fornecimento do(s) objetos(s)**, de conformidade com o Edital mencionado, declaramos junto ao(a) Pregoeiro(a) da Secretaria Municipal de Administração que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que realizar-se-á no dia ____/____/____, às _____.

Declaramos também, sob as penas da lei, que cumprimos os requisitos legais para qualificação como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, e atestamos a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do edital, ensejará aplicação de penalidades previstas nos termos deste edital e seus anexos aos Declarantes.

Localidade, ____ de _____ de 2018.

____ (assinatura)__

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



29. ANEXO VI

CARTA PROPOSTA

Ao(a) Pregoeiro(a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA
Endereço: Av. do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia- GO.
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prezados Senhores,

_____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para o **fornecimento do(s) produto(s)**, de conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

(Especificar o OBJETO conforme planilha constante do Anexo I - Termo de Referência, contendo quantitativos, especificação do objeto, marca, valores unitários e totais e locais de entrega).

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01	Unid.		Deverá ser indicada garantia conforme o caso		

-Preço unitário por item e por extenso

ITEM ____ = R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$

Declaramos que os produtos de primeira qualidade.

Caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos a fornecer os produtos no prazo, local, condições e especificações previstos no Edital, contados a partir do recebimento da respectiva nota de empenho.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um **período não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da abertura da mesma.**

Até o recebimento da nota de empenho e/ou outro documento correspondente, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Localidade, ____ de _____ de 2018.

____ (assinatura)____

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante copia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.



30. ANEXO VII

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Ao(a) Pregoeiro(a) da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE GOIÂNIA
Endereço: Av. do Cerrado, 999, Park Lozandes, Goiânia- GO.
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Prezados Senhores,

____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º ____ , sediada ____ (endereço completo)____ , tendo examinado o Edital, declara sob as penas da lei que:

- a) Está apresentando proposta para fornecimento dos produtos objeto deste edital;
- b) A nacionalidade da Empresa Licitante é ____ (indicar a nacionalidade)____;
- c) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e, também, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências;
- d) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme estabelecido no inciso XXXIII do artigo 7º, da constituição Federal e nos termos dos artigos 27, inciso V e 78 inciso XVIII, da Lei 8.666/93;
- e) Esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte.

Localidade, ____ de _____ de 2018.

____(assinatura)____

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.



31. ANEXO VIII

**GARANTIA DE FORNECIMENTO DO CONTRATO
(FIANÇA BANCÁRIA - MODELO)**

À **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXX R** DA PREFEITURA DE GOIANIA

CARTA DE FIANÇA - R\$

Pela presente, o Banco com sede da cidade do Estado, por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos nos Artigos 827 e 835, do Código Civil Brasileiro, da Firma sediada à da cidade do Estado até o limite de R\$ (.....) para efeito DE GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO objeto do Edital **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado a atender dentro de 24 horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela CONTRATANTE, sem qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito a CONTRATANTE

Obriga-se ainda este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser a CONTRATANTE compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita pelo beneficiário.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º ou outro registro usado deste Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no país de origem.

Os signatários desta, estão regularmente autorizados a prestar fianças desta natureza por força de disposto no Artigo dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial, em do ano, tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembléia realizada em

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

....., de de
Banco



32. ANEXO IX

COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL

Senhor Licitante,

Solicitamos a V.S.^a a fineza de preencher o recibo do edital (modelo abaixo), remetendo-o à Secretaria Municipal de Administração, via e-mail semad@semad.goiania.go.gov.br, caso não o tenha retirado nesta Secretaria.

A NÃO REMESSA DO RECIBO EXIME A ADMINISTRAÇÃO E O(A) PREGOEIRO(A) DA COMUNICAÇÃO DE EVENTUAIS RETIFICAÇÕES OCORRIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, BEM COMO DE QUAISQUER INFORMAÇÕES ADICIONAIS.

Localidade, ___ de _____ de _____.

RECIBO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA DE GOIÂNIA.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção (argamassa, barra de cobre, caibro, cimento, metalon, piso cerâmica, tubos, vigota e outros), conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para inclusão no Sistema de Registro de Preços.

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

Pessoa para Contato: _____

Recebemos, através do site www.goiania.go.gov.br ou de qualquer outra fonte, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Data: ___/___/____.